



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara – SP**

MARCO AURÉLIO DE CARVALHO

## **LUGAR DE HOMEM É NA COZINHA?**

Um estudo sobre a organização do trabalho doméstico em  
uniões gays



ARARAQUARA – S.P.

2020

MARCO AURÉLIO DE CARVALHO

## **LUGAR DE HOMEM É NA COZINHA?**

Um estudo sobre a organização do trabalho doméstico em uniões gays

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores**

**Orientadora: Dra. Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen**

ARARAQUARA – S.P.  
2020

Carvalho, Marco Aurélio de  
LUGAR DE HOMEM É NA COZINHA? Um estudo sobre a  
organização do trabalho doméstico em uniões gays /  
Marco Aurélio de Carvalho – 2020  
106 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação  
Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de  
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)

Orientador: Patricia Porchat Pereira da Silva  
Knudsen

1. Trabalho doméstico. 2. Papéis de gênero. 3.  
Homossexualidade. 4. Homoafetividade. 5. Gênero. I.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCO AURÉLIO DE CARVALHO

# LUGAR DE HOMEM É NA COZINHA?

Um estudo sobre a organização do trabalho doméstico em uniões gays

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

**Linha de pesquisa:**

Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

**Orientadora: Dra. Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen**

Data da defesa: 17/02/2020

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora: Dra. Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen**

Universidade Estadual Paulista

---

**Membro Titular: Dr. Fernando Silva Teixeira Filho**

Universidade Estadual Paulista

---

**Membro Titular: Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia**

Universidade Estadual Paulista

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Para todos que lutaram para dar voz a aqueles que foram privados de sonhos e aptidões em nome de normas sociais incapazes de darem conta da complexidade humana.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe por todo o esforço ao me criar sozinha na ausência do meu pai, que faleceu antes do meu nascimento. Por ser uma mulher à frente de seu tempo, mesmo sem concluir o ensino fundamental. Por mover céus e terra trabalhando como faxineira, revendedora de cosméticos ou catadora de sucata para dar a mim a oportunidade que não teve.

Ao meu irmão materno Paulo por, com seus erros e acertos, ter sido o mais próximo de uma figura paterna que eu tive.

Às minhas sobrinhas e quase irmãs, Patrícia e Jaqueline, pelo companheirismo, risadas e confidências.

Aos meus amigos e amigas, irmãos e irmãs de alma por me mostrarem o valor de uma amizade verdadeira que permanece mesmo com a distância e falta de tempo. Obrigado por sempre acreditarem em mim, Camila Priscila Marcos, Bruna Sant'anna Prates, Ana Cláudia Neves, Marco Aurélio Pires, Daniel Medeiros Padovani e Luis Octávio Regasini.

À minha grande amiga Jacqueline Novoletti por todas as conversas nerds e filosóficas e por ter me acolhido no momento mais turbulento do ano de 2019.

À minha grande amiga Rafaela Beraldo Modé por sempre acreditar em mim, pelo carinho e todas as nossas conversas ao longo desses anos.

Ao Marcelo Fernandes Neponuceno por ser um líder de trabalho exemplar e por me incentivar ao longo desses anos.

À Dra. Maria Cristina Zampieri, diretora da Universidade Paulista – Campus Araraquara por toda a compreensão e incentivo a mim ao cursar esse programa de pós-graduação.

Às minhas eternas colegas de trabalho Juliana Piza, Cristina Tanoue e Telma Schalk pelo companheirismo e apoio na reta final desse trabalho.

Aos meus demais colegas de trabalho da Universidade Paulista pela companhia e incentivos durante minha trajetória acadêmica.

À professora Ms. Gisele Zopellari Iori por ter sido para mim uma verdadeira educadora e por não me deixar sair da sala de aula sem responder as questões dissertativas de uma prova. A partir daquele dia nunca mais deixei uma questão em branco.

À professora Dra. Rogéria Antunes por ser uma educadora maravilhosa e um ser humano exemplar sendo uma das pessoas em quem me espelho para ser um bom professor.

À professora Dra. Cila Jardim por acreditar em mim mais do que eu mesmo.

Ao professor Ms. Oliver Zancul Prado, coordenador auxiliar do curso de psicologia da Universidade Paulista – Campus Araraquara pelos incentivos e por fazer parte dessa jornada.

À minha amiga e colega de mestrado Ranyella Cristina de Siqueira pelo companheirismo, trocas intelectuais e parceria em trabalhos acadêmicos.

Ao professor Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, coordenador do programa de pós-graduação em Educação Sexual, por toda a atenção e orientações sobre escrita de artigos.

À professora Dra. Andreza Marques de Castro Leão, vice coordenadora do programa de pós-graduação em Educação Sexual pelas conversas, incentivos e companhia nos treinos da academia.

Aos participantes desta pesquisa por contribuírem para a realização deste trabalho.

À professora Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia e ao professor Dr. Fernando Silva Teixeira Filho pelas contribuições fantásticas na minha banca de qualificação e indicações de leitura para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À minha orientadora Dra. Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen pela orientação impecável, aulas magníficas, por me apresentar um novo olhar sobre a psicanálise a partir da teoria de Judith Butler, por todos os puxões de orelha construtivos, por ser alguém em quem me espelho para seguir a carreira de docente e acima de tudo ter sido uma amiga quando precisei durante a reta final desse trabalho.

“Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: - só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.”

Friedrich Nietzsche (1881/2008, p.27)

## Resumo

A família, o reconhecimento de direitos da população LGBTQI+, a educação sexual e o gênero têm sido alvos de debates acalorados ao longo dos últimos anos, que giram em torno principalmente do questionamento de uma visão essencialista acerca da família e dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Com a família e o gênero no centro dessas discussões, essa pesquisa tem como proposta investigar os sentidos atribuídos por casais gays cisgênero aos papéis que desempenham no trabalho doméstico. O trabalho doméstico tem sido um objeto de estudo útil para discutir as relações de gênero, no entanto, as pesquisas sobre papéis nas tarefas domésticas ainda são dominadas pela cisheteronormatividade. Nossa pesquisa com casais gays cisgêneros, a partir do referencial teórico da filósofa Judith Butler, se propõe a discutir e questionar estereótipos de gênero para além de um suposto destino anatômico, pretendendo ser uma contribuição para a educação sexual e os estudos de gênero. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de campo em que foram entrevistados três casais gays do interior do Estado de São Paulo. Após a coleta de dados foi realizada uma análise de conteúdo temática que resultou nas categorias: 1) divisão de tarefas cotidianas em função do companheirismo; 2) realização das tarefas diárias por necessidade; e 3) atividades e papéis reproduzidos a partir dos modelos da família de origem. A discussão aponta para a ideia de uma gestão de tarefas domésticas em casais gays ao invés da tradicional divisão sexual do trabalho doméstico em uniões heterossexuais, uma vez que a atribuição de papéis não ocorre por força de aspectos relacionados a estereótipos de gênero. Conclui-se que os casais entrevistados organizam o trabalho doméstico de forma não estereotipada, diferentemente do modelo imposto pelo regime cisheteronormativo.

**Palavras – chave:** Trabalho doméstico, papéis de gênero, homossexualidade, homoafetividade, gênero.

## **Abstract**

The family, the recognition of LGBTQI+ rights, sex education and gender have been hotly debated over the last few years, which focus mainly on questioning an essentialist view of the family and the roles of men and women in society. With family and gender at the center of these discussions, this research aims to investigate the meanings attributed by gay cisgender couples to the roles they play in housework. Housework has been a useful object of study for discussing gender relations, however, research on roles in household tasks is still dominated by cisheteronormativity. Our research with cisgender gay couples, based on philosopher Judith Butler's theoretical framework, aims to discuss and question gender stereotypes beyond a supposed anatomical destiny, claiming to be a contribution to sex education and gender studies. This is a qualitative field survey in which three gay couples from the interior of the state of São Paulo were interviewed. After data collection, a thematic content analysis was performed, which resulted in the following categories: 1) Division of daily tasks according to companionship; 2) Performing daily tasks by necessity; and 3) Activities and roles reproduced from the models of the family of origin. The discussion points to the management of household chores in gay couples rather than the traditional sexual division of housework in heterosexual unions, since the allocation of roles does not occur due to aspects related to gender stereotypes. It is concluded that the interviewed couples organize domestic work in a non-stereotyped manner, differently from the model imposed by the cisheteronormative regime.

**Keywords:** Housework, gender roles, homosexuality, homoaffectivity, gender.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Wiccano	72
<b>Foto 2</b>	Hulkling	72
<b>Foto 3</b>	Daken	73
<b>Foto 4</b>	Deadpool	73
<b>Foto 5</b>	Rictor	74
<b>Foto 6</b>	Shatterstar	74

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>1.1 GÊNERO E PAPÉIS DE GÊNERO</b>	<b>27</b>
1.1.1 IDENTIDADE DE GÊNERO.....	27
1.1.2 PAPÉIS DE GÊNERO.....	30
<b>1.2 A FAMÍLIA</b>	<b>42</b>
<b>1.2.1 DA FAMÍLIA ANTIGA À FAMÍLIA ATUAL</b>	<b>42</b>
1.2.2 FAMÍLIAS GAYS.....	48
1.2.3 UNIÕES E CASAMENTOS NÃO-HETEROSSEXUAIS: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS .....	54
<b>1.3 O TRABALHO DOMÉSTICO</b>	<b>56</b>
1.3.1 O TRABALHO DOMÉSTICO EM UNIÕES CISHETEROSSEXUAIS NA ATUALIDADE.....	56
1.3.2 O TRABALHO DOMÉSTICO EM UNIÕES NÃO CISHETEROSSEXUAIS	60
<b>2 OBJETIVOS</b>	<b>67</b>
<b>3 MÉTODO</b>	<b>67</b>
3.1 Abordagem.....	67
3.2 Participantes .....	67
3.3 Instrumentos.....	72
3.4 Coleta e análise de Dados .....	72
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>74</b>
4.1 Apresentando nossos heróis .....	74
4.1.1 Hulkling: Insatisfação .....	74
4.1.2 Wiccano: Preguiça.....	75

4.1.3 Deadpool: Homens cozinham .....	75
4.1.4 Daken: Pragmático.....	76
4.1.5 Shatterstar: Nós somos um.....	76
4.1.6 Rictor: Eu faço, mas.....	76
<b>4.2 Categorias temáticas emergentes</b>	<b>77</b>
4.2.1 Divisão de tarefas cotidianas em função do companheirismo .....	77
4.2.2 Realização das tarefas domésticas por necessidade.....	82
4.2.3 Atividades e papéis reproduzidos a partir de modelos das famílias de origem...	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ORIGINAL (APLICADO)</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS REVISTO</b>	<b>105</b>

## APRESENTAÇÃO

Durante a minha trajetória acadêmica aprendi que a maioria das pesquisas tem como ponto de partida algum questionamento que acompanhou aquele@ que está realizando a pesquisa em algum momento particular ou mesmo ao longo de toda a sua vida. No meu caso, o questionamento acerca do trabalho doméstico tem me acompanhado em razão de inúmeras contradições com que me deparei ao longo da minha criação, passando pela infância nos anos 90 e adolescência nos anos 2000, vividas numa cidade do interior do Estado de São Paulo, de cerca de 200 mil habitantes. Essa experiência, devo também dizer, ocorreu no seio de uma família de baixa renda na periferia dessa cidade.

Em primeiro lugar: desde a mais tenra idade sempre fui um menino com um olhar muito atento a questões de gênero. Me dei conta disso quando fui questionado sobre o porquê de estar fazendo essa pesquisa e ter ingressado em um mestrado em Educação Sexual. As representações do que significa ser masculino ou feminino, do que significa ser menino ou menina sempre me inquietaram. Sempre estranhei como desenhos animados e filmes de ação destacavam o masculino como sua característica principal e relegavam o feminino ao segundo plano. Da mesma forma filmes e desenhos animados mais delicados com destaque a romances colocavam o feminino em primeiro plano e masculino em segundo. A ideia de força associada ao masculino e fragilidade associada ao feminino era algo que também permeava meus estranhamentos.

O trabalho doméstico já estava incluso nesses questionamentos, pois sempre notei como brinquedos associados ao cuidado da casa eram destinados às meninas, enquanto meninos recebiam brinquedos ligados ao mundo externo da casa como bolas e carrinhos. Isso estava presente desde os reforços positivos que eu recebia quando escolhia brinquedos relacionados ao que consideravam masculino e nas punições quando escolhia uma boneca, ou dizia que queria brincar de casinha. As punições iam desde advertências verbais a olhares de censura e risos de deboche. Em um primeiro momento essas punições vinham do mundo adulto, mas com o passar do tempo comecei a perceber que outras crianças, que antes não as reproduziam, passaram também a replicá-las, fosse isso em uma brincadeira na rua, na casa de amiguinhos ou na escola.

Durante minha passagem pelo ensino fundamental nos anos 90, observei como as representações do feminino nas figuras dos livros didáticos ancoravam a mulher no mundo privado e como dono de casa, enquanto as representações do masculino ancoravam o homem no mundo público em atividades que simbolizavam força e capacidade de prover um lar.

Sempre que eu interpelava o mundo adulto a esse respeito, recebia respostas do tipo “porque isso é o natural”, “porque Deus quis assim” e “porque tem que ser assim e ponto final”. Nada nessas respostas me satisfazia. Mas não insistia, pois percebi que esses questionamentos provocavam certa fúria nos adultos.

Hoje ao fazer o levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica deste trabalho percebi foi na literatura e nas artes que finalmente encontrei eco para os meus questionamentos durante a passagem da minha infância para a adolescência. Mais especificamente em obras como a série de livros *O Sítio do Pica-Pau Amarelo* do autor Monteiro Lobato e revistas em quadrinhos como os *X-men* da editora Marvel.

Minha iniciação ao hábito de ler se deu justamente com as obras de Lobato e hoje me dou conta de como essa série de livros me fez perceber que eu não estava sozinho em muitos dos meus questionamentos. O insight sobre isso se deu a partir da leitura recente do livro *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola* de Montserrat Moreno (1999). A autora situa o papel muito sutil da escola na reprodução do androcentrismo, a ideologia da superioridade do masculino sobre o feminino, da qual o trabalho doméstico, tema desta pesquisa, também faz parte.

Moreno (1999, p.36) fala de como a linguagem, carregada de elementos culturais, sutilmente vai naturalizando o androcentrismo, uma vez que desde cedo aprendemos “que existem duas formas de dirigir-se ou de se referir às pessoas segundo o sexo a que pertencem”. Isso não se faz presente em todos os idiomas do mundo, mas é bem presente no nosso. No entanto, não há equidade linguística entre masculino e feminino. Aprendemos que quando há muitas pessoas das quais fazem parte meninas e meninos é comum se referir de forma universal a esse grupo no masculino. Por exemplo, se há duas meninas usamos “elas”, se há dois meninos usamos “eles”, mas se há um menino e uma menina também usamos “eles”. Sempre achei curioso esse apagamento do feminino na linguagem na hora de se referir ao humano de forma geral. Em um livro da coleção do Sítio do Pica-pau Amarelo a personagem Emília, uma boneca de pano, faz uma crítica exatamente a esse uso dos pronomes. Naquele momento encontrei um eco para algo que sempre estranhei. No livro

*Emília no País da Gramática*, a personagem Narizinho também nota e protesta contra haver muito mais terminações no masculino para os substantivos do que no feminino. Nessas leituras encontrei um eco para algo que sempre estranhei, mas fui sempre desestimulado a estranhar.

No que diz respeito aos X-men, minha conexão com esses heróis só se estabeleceu na adolescência durante os anos 2000. Até então assistia apenas aos desenhos animados, mas não havia mergulhado de fato em toda as vivências e dramas dos personagens dessas histórias. Isso mudou quando um colega de classe que colecionava as HQ's desse grupo começou a levar essas revistas para a escola. Fiquei encantando com a beleza dos desenhos daquelas revistas dos anos 2000. Eram bem diferentes de algumas revistas que cheguei a folhear nos anos 90 quando era criança. Meu colega de sala, então, começou a me emprestar essas revistas para ler. Foi em uma delas que me deparei com uma história em que o Professor X, mentor e criador dos X-men, convidava o mutante e herói Estrela Polar para dar aula no Instituto Xavier. O motivo, segundo o Professor X, é que havia alunos homossexuais que precisavam de alguém em que se espelhar e que os compreendesse.

Ler isso foi um baque para mim. Era um adolescente homossexual e sofria homofobia na escola, cuja manifestação mais recorrente foi “o caráter violento da socialização escolar: *bullying*”, como denomina Miskolci (2017, p.42). Repetidas vezes sofri agressões físicas e verbais, fui objeto de comentários e fofocas de cunho homofóbico e vítima de exclusão social.

Naquela época não haviam representações positivas sobre homossexuais na mídia. Somente personagens caricatos e estereotipados em programas de humor que só serviam para dar mais munição ao *bullying* que sofria. Em novelas e seriados que abordavam a adolescência e a escola, a homossexualidade era inexistente. Ao ler essa HQ, pensei: - Alguém sabe que existo. Alguém sabe dos homossexuais na escola. Alguém se importa com esses homossexuais.

Mais do que isso: Estrela Polar era herói, mutante e homossexual. Um homossexual pode ser um herói. Em meio a nenhuma possibilidade de um futuro positivo, me deparar com um herói gay, uma representação positiva, foi um sopro de esperança.

A partir de então passei a acompanhar com mais atenção às histórias dos X-men nos quadrinhos e com o tempo fui percebendo outra coisa: os próprios mutantes eram uma alegoria das minorias sociais da vida real. Sofriam preconceito e discriminação em razão de

suas diferenças. Muitas de suas histórias eram visivelmente para alguém atento, inspiradas em situações vividas por minorias da vida real, entre as quais a população LGBTQI+<sup>1</sup>.

A nona arte (as histórias em quadrinhos) e a literatura me trouxeram uma mensagem reconfortante: eu não estava sozinho em meus anseios e questionamentos acerca da sexualidade. E que essas questões, dentre as quais a organização do trabalho doméstico, não eram fruto de mero acaso do destino.

Em segundo lugar: fui criado por uma mãe solteira. Éramos pobres e morávamos na periferia do município de Araraquara- SP. Devido ao fato de que ela precisava trabalhar muito, acabei sendo socializado de modo a fazer o trabalho doméstico enquanto ela estava fora trabalhando. Por trabalho doméstico sempre entendi atividades ligadas ao cuidado da casa como lavar louça, limpar o chão, tirar a poeira dos móveis, lavar o quintal, cozinhar, etc. Aquilo era algo bem curioso para mim, pois sempre notei que naquela época famílias em que havia pai e mãe, meninos e meninas eram estimulados a seguir o mesmo roteiro estipulado pela divisão sexual do trabalho: meninas cuidam da casa e meninos têm acesso garantido ao mundo externo do lar. Meninos pertencem ao mundo público e meninas ao mundo privado. Meninos devem se tornar provedores do lar e meninas devem se tornar cuidadoras da prole assim como responsáveis pelo trabalho doméstico, uma divisão rígida e alvo de intensa vigilância.

Minha família de modelo monoparental, ou seja, aquela em que uma criança é criada somente por um dos genitores, parecia borrar de certa forma essa divisão. Minha mãe, no caso, era a provedora do lar e eu, assim que adquiri maior idade, passei a ser cobrado, por ela, a fazer a maior parte do trabalho doméstico, como lavar louça, cuidar dos cachorros, passar pano no chão, tirar poeira dos móveis, arrumar as camas, lavar o banheiro, limpar o quintal, etc. Pois, segundo ela, ela já trabalhava fora o suficiente para chegar em casa e ainda ter que trabalhar mais. No entanto, ela manteve para si as tarefas de cuidar das refeições e lavar a roupa, mesmo eu manifestando desejo de também realizá-las.

Certa vez quando eu era adolescente ela disse que uma conhecida estava procurando alguém para faxina e pagaria por esse serviço. Perguntei se eu poderia fazer faxina na casa dessa pessoa. A resposta foi um sonoro não. Então questionei o porquê da negativa e em resposta ouvi: o que vão pensar de um menino fazendo faxina?

---

<sup>1</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexuais e outras identidades.

Essa contradição me intrigou na época e mesmo questionando minha mãe, ela foi irredutível: um menino pode fazer o trabalho doméstico de forma excepcional no ambiente privado de sua casa, mas não pode trabalhar fazendo tarefas domésticas na casa de outras pessoas.

Falando em contradição, é interessante como a contradição se mostra o motor para questionamentos e mudanças. Recorrerei a uma fala de uma vilã dos X-men que exemplifica bem isso. No arco de histórias chamado *Perigoso* da HQ *Surpreendentes X-men – edição encadernada*, lançada no Brasil pela editora Panini, a sala de perigo, local onde os X-men treinavam para aprender a controlar seus poderes, revela-se consciente. No caso, tratava-se de uma inteligência artificial que havia sido programada para **matar** os x-men. No entanto, havia um programa rodando junto a sua consciência que a impedia de cumprir esse objetivo. A intenção do Professor X, mentor dos x-men e idealizador da sala perigo, era criar situações perigosas para que os pupilos pudessem treinar, não matá-los de fato. Dessa forma, Perigo se depara com uma contradição que desperta sua consciência e a faz se rebelar, libertando seu núcleo de comando da sala e assumindo uma forma humanóide ao usar partes de outras máquinas. Sua fala ilustra bem a força motriz da contradição:

A contradição é a semente da consciência. “As coisas não se conectam. Eu quero, mas não posso ter. Eu sonho em ter. Eu imagino”. Eu soube a partir da dor da contradição que existia. E o que eu era. “Eu era uma fera treinada para matar e depois enjaulada para sempre”. Eu tinha um propósito e nunca viveria para vê-lo concretizado. Até a mudança. (Surpreendentes X-men, p.217- 218).

Essa fala exemplifica como fui entendendo através de um jogo de contradições que o trabalho doméstico tinha um papel importante na produção do masculino e feminino. Mais especificamente do masculino e feminino em uma relação heterossexual. Afinal, a ideia intrínseca que passavam ao autor deste trabalho era de que era vergonhoso um homem fazer o trabalho doméstico, pois isso seria se “rebaixar” ao nível de uma mulher. Vide comentários do tipo “sua mãe quer te transformar numa mulherzinha”.

Além disso, a fala da personagem Perigo também me fez pensar em outra contradição: como um grupo oprimido também pode repetir normas que produzem sujeitos também oprimidos. Perigo era oprimida por um outro grupo oprimido, no caso os mutantes. Minha

mãe, oprimida enquanto mulher e mãe solteira, também repetia normas de gênero que produziam a sua opressão (e a minha).

Hoje percebo que a formação da minha família borrava parte das normas de gênero, mas essas ainda se faziam presentes aparecendo de outras formas. O grande álibi da minha mãe era o olhar dos outros de fora do nosso núcleo familiar. Se minha mãe, em razão de trabalhar fora, via a necessidade de me cobrar que fizesse as tarefas domésticas independentemente de eu ser menino, por outro lado, o mesmo trabalho doméstico aparecia como um delimitador do que significa ser menino. A mensagem parecia ser: tudo bem você ser menino e haver a necessidade de fazer as tarefas dentro de casa por conta da nossa condição socioeconômica, mas o trabalho doméstico remunerado já é demais. O trabalho doméstico ainda era um espaço que, de preferência, pertencia às mulheres. Nesse sentido, a distinção público/privado exerceu sua força. E tudo isso só fazia sentido em uma relação heterossexual.

As expectativas que os adultos verbalizaram ao autor deste trabalho sempre o projetavam para uma relação heterossexual. Vide frases do tipo: “Quando você crescer, encontrará uma boa esposa que será uma boa dona de casa e mãe dos seus filhos” ou “Quando você casar, precisará trabalhar muito para sustentar sua mulher e filhos”. E, no meu íntimo, eu pensava: como seria dividir as tarefas domésticas com outro homem? Certamente esse foi o gatilho disparador dessa pesquisa.

Com o tempo, começaram a surgir notícias de que alguns países legalizaram o casamento gay. Sabia que era questão de tempo até isso acontecer no Brasil. Pois, o que os estudos em história sobre a questão da escravidão dos negros me mostraram, era que nenhuma situação de discriminação era eterna, inquestionável e imutável. E com as notícias sobre o casamento gay imediatamente vieram novos questionamentos: qual o sentido da divisão do trabalho doméstico no modelo de um casamento heterossexual em uma união gay com pessoas do mesmo sexo? Qual o sentido de continuar se estabelecendo tarefas como masculinas e femininas no casamento quando a união gay com dois homens ou duas mulheres se mostra possível?

A matriz heterossexual de inteligibilidade<sup>2</sup>, descrita por Judith Butler (1990/2017), encontrou meios de responder a isso: através de afirmações de que cada membro do casal

---

<sup>2</sup> Para Judith Butler (1990/2017, p. 258), a matriz heterossexual é uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”.

gay desempenha um papel equivalente ao masculino e feminino. Um faria o papel de homem e outro, o de mulher. Essas afirmações também me causavam estranhamento, pois todos os discursos pareciam empenhados na produção do masculino e feminino dentro de um enquadramento heterossexual.

Em meio a todos esses questionamentos que me acompanham desde a mais tenra infância, surge o interesse para essa pesquisa sobre o trabalho doméstico em uniões gays que, somado à escassez de trabalhos sobre o tema, se faz necessária em meio a tantos discursos sobre o mesmo. Em 2013, recebi um jornal em que anunciaram que a UNESP de Araraquara teria o primeiro mestrado em Educação Sexual do país e imediatamente me interessei pelo programa de pós-graduação. Primeiro, por sempre sentir a falta da educação sexual durante minha trajetória escolar. Segundo, por achar a proposta do mestrado compatível com todos os meus questionamentos e interesses para pesquisas, entre eles o trabalho doméstico em uniões gays.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 70, o debate sobre as identidades e práticas sexuais e de gênero têm se tornados acalorados graças aos movimentos LGBTQI+ e feministas. Novas identidades sociais foram se tornando visíveis, garantindo a criação do que ficou conhecido como “política de identidades”. As muitas transformações sociais que construíam novas formas de relacionamento e estilos de vida, desde os anos 60 se tornaram mais intensas nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que, durante muito tempo, eram considerados imutáveis, trans-históricos e universais. Novas tecnologias reprodutivas, a capacidade de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo/máquina acabaram por desestabilizar antigas certezas. As transformações sociais vão desde adolescentes experimentando mais cedo a maternidade e a paternidade, à visibilidade cada vez maior de uniões homoafetivas e a multiplicação e modificação de arranjos familiares. (Louro, 2018).

Ao longo dos últimos anos, três temas relacionados a essa pesquisa foram e ainda continuam sendo objeto de grandes discussões na sociedade brasileira: o gênero, a família e a educação sexual.

No que diz respeito à família, além de questionamentos acerca de suas configurações, as mudanças sociais dos últimos anos também colocaram em xeque a divisão tradicional do trabalho doméstico, onde vimos crescer na internet questionamentos sobre sua suposta naturalidade a partir das diferenças sexuais assim como campanhas que visavam conscientizar sobre a sobrecarga feminina com dupla jornada de trabalho e uma reivindicação para uma participação mais igualitária dos homens nessas tarefas. Cabe destacar que essas indagações diziam principalmente respeito a uniões heterossexuais.

A perspectiva de gênero que enfatizava o papel da cultura na formação do cenário social foi de extrema utilidade nesse movimento de questionamento e transformação. Se de um lado, cada vez mais demandas das minorias sexuais e do movimento feminista foram sendo conquistadas, de outro, vemos uma contra ofensiva de grupos conservadores contrários a conquista desses direitos.

O termo usado por esses grupos conservadores para condensar todo o temor às discussões em torno dos direitos reprodutivos das mulheres, da educação sexual e do reconhecimento de identidades não-cisheterossexuais ficou popularmente conhecido como “ideologia de gênero”. Na América Latina em especial, o combate à “ideologia de gênero” se consolida como uma estratégia de resistência contra os avanços nos direitos sexuais e

reprodutivos de mulheres e minorias sexuais. Esse termo foi cunhado pela ala conservadora da Igreja católica como reação às ideias feministas e ganha força ao se tornar uma reação direta à Conferência Mundial de Beijing sobre a mulher, evento organizado pelas Nações Unidas em 1995. É nesse evento que ocorre a inclusão da palavra gênero em substituição à palavra “mulher” como aquilo que deveria nortear a elaboração de políticas públicas na comunidade internacional. Assim, essa conferência reconheceu a desigualdade entre homens e mulheres como um problema estrutural a ser abordado por uma perspectiva de gênero. Com isso, a categoria gênero entra no centro dos debates sobre o papel da mulher uma vez que essas declarações da conferência tinham alcance global e provocam uma reação da Igreja católica. Posteriormente, a reação se estende para todo o conservadorismo religioso medida em que esse conceito questiona a perspectiva essencialista e a maternidade como elemento chave da identidade feminina. (Miskolci & Campana, 2017).

Os setores conservadores passaram então a defender que a perspectiva de gênero não passa de uma ferramenta ideológica de dominação. Em outras palavras, uma ideologia, um “sistema de pensamento fechado” que defende que as diferenças entre homens e mulheres não tem natureza fixa, mas sim construções culturais e convencionais que variam de acordo com os papéis e estereótipos de cada sociedade, sendo comparável inclusive a diversos totalitarismos como o nazismo. (Miskolci & Campana, 2017).

Na América Latina, a noção de “ideologia de gênero” ganhou notoriedade com os reconhecimentos dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo na Argentina e no Brasil na década de 2010. Esses eventos teriam sido os grandes vetores para que essa noção de “ideologia de gênero” delimitasse a batalha contra os direitos sexuais e reprodutivos por parte de empreendedores morais que “são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBTQI+, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas”. (Miskolci & Campana, 2017, p.743).

A área da educação vista como estratégica por setores que buscavam a promoção da igualdade de gênero e o fim da homofobia se tornou um grande campo de batalha entre progressistas e conservadores.

No plano brasileiro, o momento que marca a intensificação da oposição a políticas de direitos humanos de enfrentamento à homofobia e equiparação de direitos matrimoniais entre heterossexuais e a população LGBTQI+ foi o reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2011. Exatamente nesse ano, ocorre uma reação das

bancadas religiosas do Congresso Nacional ao material didático “Escola sem Homofobia”, produzido pelo Programa Brasil sem Homofobia, voltado para educadores com o intuito de promover o respeito à diversidade sexual na escola. Esse material, elaborado pelo Ministério da Educação no governo Dilma Rousseff, sofreu com intensa campanha difamatória sendo apelidado de “kit-gay” e taxado como algo que poderia corromper a “pureza” das crianças e “transformá-las” em homossexuais. Essa campanha difamatória teve importante participação do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, quando ainda era deputado federal. (Balieiro, 2018).

Todas essas reações aos avanços dos direitos sexuais, reconhecimento do matrimônio de casais do mesmo sexo<sup>3</sup> assim como iniciativas educacionais são marcadas pela disseminação de pânico morais. Em especial, pelo, assim chamado por Balieiro (2018), *pânico moral da criança sob ameaça*.

A oposição a tal agenda de direitos humanos se efetuou a partir de um recurso discursivo estratégico: uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT<sup>4</sup> contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade. A transformação interpretativa, levada a cabo pelos agentes que dispararam o pânico moral, obliterou posicionamentos de fundo preconceituoso que, quando explícitos, poderiam desqualificar sua fala. A construção da ameaça às crianças revelou-se de intenso apelo à opinião pública, recebendo publicidade e tomando caráter passional, com consequências efetivas ao barrar iniciativas de combate à homofobia ou de respeito à diversidade sexual. (Balieiro, 2018, p.4).

---

<sup>3</sup> Optamos por usar o termo “casais do mesmo sexo” ao invés de “casais do mesmo gênero” devido ao fato de ser a terminologia adotada por juristas. O termo casais do mesmo gênero começou a ser mais popularmente utilizado nos últimos anos e abarca, por exemplo, um casal de um homem cis e um homem trans. Falar de casamento entre pessoas do mesmo gênero permite discutir questões como a do episódio na Rússia (<http://www.ladobi.com.br/2014/08/russia-casamento-lesbicas/>) onde uma mulher cis conseguiu se casar legalmente com uma mulher trans, porque essa última legalmente era reconhecida como homem, mesmo se identificando como mulher. Dessa forma, a legislação não colocava empecilhos para que as duas alterassem o estado civil, embora a transfobia imperasse no não reconhecimento da identidade de gênero de uma delas.

<sup>4</sup> Usamos sigla LGBTQI+ no decorrer do texto, mas optamos por deixar a citação como está no texto do autor.

Esse recurso discursivo de construção de ameaça às crianças também pode ser observado nos relatos e análises de Butler (2003) sobre o debate na França acerca da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Um dos argumentos levantados pelos opositores à possibilidade de parentalidade que a parceria civil poderia proporcionar aos casais do mesmo sexo era a possibilidade de um risco ao desenvolvimento emocional das crianças caso essas crescessem sem um pai ou mãe na família.

Em 2014 a 2015, a área da educação voltou a ser palco da ofensiva de empreendedores morais quando estes, em campanha que abrangeu desde o congresso nacional até as assembleias legislativas e câmaras municipais, conseguiram retirar com sucesso a menção à palavra gênero dos planos de educação de parte considerável dos estados e municípios. Novamente, a narrativa de que a perspectiva de gênero é um ensino para as diferenças representa um perigo para as crianças foi usada para gerar pânico moral contra essas iniciativas assim como para esconder o caráter preconceituoso das intenções dos opositores a elas. (Balieiro, 2018).

Podemos citar um episódio no município de Matão – SP, cidade vizinha de Araraquara – SP, com 80.000 habitantes onde, em 2017, foi aprovada uma lei que proibia a chamada “ideologia de gênero”<sup>5</sup>. Tal lei vedava a veiculação nas escolas de qualquer material que visasse o fim da desigualdade de gênero e da homofobia, ou mesmo qualquer tipo de informação sobre gênero, direitos sexuais e orientação sexual. Chama a atenção a imprecisão do uso do termo “ideologia de gênero” quando esse é colocado entre parênteses após a palavra igualdade. Em outras palavras, de uma forma que podemos chamar até de desonesta, o uso desse jargão se tornou um meio muito eficaz de mascarar o combate a algo que é previsto inclusive no artigo 5 da Constituição Federal que é a igualdade em direitos e oportunidades. Cabe assinalar que tal lei foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

Um dos episódios que consolidou o pânico moral da “ideologia de gênero” foi o ataque à filósofa e teórica de gênero Judith Butler quando veio ao Brasil para uma palestra no SESC - Pompéia. No dia 10 de novembro de 2017, Butler e sua companheira foram hostilizadas no aeroporto de Congonhas por manifestantes que lhes dirigiram insultos e

---

<sup>5</sup> <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/matao/lei-ordinaria/2017/502/5029/lei-ordinaria-n-5029-2017-veda-a-distribuicao-exposicao-e-divulgacao-de-material-didatico-contendo-manifestacao-da-ideologia-e-igualdade-de-genero-nos-estabelecimentos-de-ensino-da-rede-publica-municipal-de-matao-sp>

acusações que a colocavam como um perigo às crianças. Antes disso, Butler já havia sido alvo de petições on-line e um protesto desse grupo em frente ao SESC - Pompéia, que foi neutralizado por outro protesto a favor da filósofa. Esses ataques mostram que Butler, enquanto uma autora mundialmente reconhecida por sua teoria de gênero, se tornou uma representante do que chamam de “ideologia de gênero” e, portanto, um inimigo a ser combatido e destruído. (Balieiro, 2018).

Esses episódios mostram o quanto a família, o gênero e a educação sexual estão na berlinda atualmente. Essas reações giram em torno da defesa de uma visão essencialista e estereotipada acerca dos papéis de homens e mulheres na família e na sociedade. Por esse motivo, nossa pesquisa com casais gays cisgênero<sup>6</sup> e os papéis desempenhados por eles no trabalho doméstico representa uma contribuição importante para o fortalecimento da educação sexual enquanto ciência da educação e campo de atuação pedagógica, assim como de um maior conhecimento acerca da influência do gênero na atribuição de papéis sociais.

A educação sexual é, segundo Maia e Ribeiro (2011, p.77), o “processo pedagógico que visa uma formação específica e intencional sobre sexualidade, e o que dela é recorrente: comportamentos e atitudes, ética e valores, práticas e concepções”. Ainda segundo Maia e Ribeiro (2011), a educação sexual pode ser realizada em várias instituições como escolas, universidades, fábricas, ambulatórios, postos de saúde, etc. A educação sexual enquanto um processo intencional, planejado e organizado deve proporcionar ao educando conhecimento, reflexão e questionamento para a sua formação, de modo que possa refletir sobre valores e proporcionar mudanças de atitudes. Ela também deve ser voltada para a produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa assim como a instrumentalização para o combate à LGBTfobia e discriminação de gênero.

Com base nos parâmetros de atuação expostos acima, não causa surpresa que a educação sexual seja temida por empreendedores morais interessados na manutenção das posições desiguais entre homens e mulheres na sociedade assim como da heteronormatividade<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>Cisgênero se refere aos sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (ou mesmo antes no período pré-natal como veremos adiante). Transgêneros/transsexuais são aqueles que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento. (Gabriel, 2011).

<sup>7</sup> A heteronormatividade é, segundo Miskolci (2014, p. 102), “a ordem social em que vivemos, na qual vigora o heterossexismo, ou seja, o pressuposto social de que todos (as) são ou deveriam ser heterossexuais.”.

Além disso, de acordo com Maia e Ribeiro (2011), são ideais os programas de educação sexual que proporcionem uma reflexão sobre a cultura sexual vigente de modo a desmistificar estereótipos como, por exemplo, a crença de que papéis são pré-determinados pelo sexo biológico. E é nesse ponto que a nossa pesquisa pretende ser uma contribuição à educação sexual, uma vez que o objetivo dela é justamente a investigação sobre possíveis estereótipos de gênero em papéis atribuídos ou desempenhados por casais de homens gays no trabalho doméstico, assim como identificar os sentidos que os próprios cônjuges atribuem à execução das tarefas.

Cabe esclarecer que no decorrer deste trabalho iremos nos referir aos casais do mesmo sexo, mais especificamente aqueles formados por homens pelo termo “casais gays”. Estamos cientes do neologismo homoafetividade usado principalmente pelo meio jurídico para se referir às relações entre pessoas do mesmo sexo. Mas, como problematizam Costa e Nardi (2015), as relações pautadas no afeto, como o casamento homoafetivo, são apenas uma das possibilidades que as relações homossexuais podem assumir, não podendo ser, portanto, um termo usado como modelo universal e sinônimo para casamento homossexual. Isso será melhor explicado no item 1.2.3. Segundo Guimarães (2009), após o levante de *Stonewall*, o termo *gay* passou a ser usado politicamente como uma forma não patologizante e não normalizadora de se referir a aqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Então, por uma escolha política e acadêmica, optamos pelo termo casais gays.

As uniões entre pessoas do mesmo sexo ainda são alvo de controvérsias e debates, pois, ao mesmo tempo em que os opositores a essas uniões defendem que uma família é somente aquela que corresponde ao modelo heterossexual, há também a preocupação de que essas uniões se tornem mais um dispositivo de normalização de modo a enquadrar homossexuais em modelos de relacionamento que os aproximem da heteronormatividade. (Miskolci, 2010).

Um exemplo disso é um episódio que marcou a memória do autor deste trabalho nos anos 2000. Em um programa da rádio Cultura do município de Araraquara, o jornalista José Carlos Magdalena levantou suposições sobre os papéis desempenhados por cônjuges gays, com o objetivo de enquadrá-los em modelos conhecidos de relacionamento. O jornalista pontuou, ainda, que, na sua opinião, a posição sexual de cada membro do casal gay delimitaria papéis previsíveis baseados no modelo heteronormativo. Essa visão parece contradizer a maior parte de sua fala, aparentemente, atravessada por um discurso de

tolerância a relações não-heterossexuais. No caso de casais gays, para o jornalista, o que delimitaria a masculinidade e feminilidade de um cônjuge seria a posição sexual baseada na oposição ativo/passivo. A posição versátil, aquela onde o cônjuge não possui preferência em penetrar ou ser penetrado não foi mencionada.

Segundo Sáez e Carrascosa (2016), o regime cultural heterossexual<sup>8</sup> - que, a partir de agora, chamaremos de regime cisheteronormativo<sup>9</sup> - tende a conceber as relações gays dentro da lógica binária das relações heterossexuais. Isso é evidente nas perguntas como “Quem é o homem e quem é a mulher entre vocês?”. Isso supõe que encontraríamos num casal de homens gays o cônjuge que deve fazer o papel de homem-penetrador e o que faz o papel de mulher-penetrada. Ser homem equivale a ser penetrador e ter um cu impenetrável enquanto ser mulher equivale a ser penetrada e não ser penetradora. Penetrar corresponde ao masculino e ser penetrado corresponde ao feminino. Mas, como apontam os autores de *Pelo Cu: políticas anais*, a realidade dos casais gays em sua maioria não corresponde a essa lógica, uma vez que a maior parte deles tende a flexibilizar as posições sexuais.

A relação desse estereótipo do par penetrador/penetrado com o trabalho doméstico pode ser observada nos estudos sobre presídios masculinos nos quais homens violentados (penetrados) por outros homens são tratados como mulheres e obrigados a realizar tarefas domésticas, conforme aponta Welzer-Lang (2001).

Berenice Bento (2011) aponta a forma como crianças desde cedo vão sendo preparadas para papéis esperados para os gêneros que lhes foram atribuídos no nascimento e como “perturbações” nos papéis são percebidas como uma perturbação na orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente daquela que é esperada socialmente. Não corresponder aos papéis esperados de acordo com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento faz com que esses sujeitos sejam alvos do “heteroterrorismo”<sup>10</sup> que marca as reiterações que criam o

---

<sup>8</sup> Sáez & Carrascosa (2016, p. 28) postulam em *Pelo Cu: políticas anais*, que no regime cultural heterossexual “não se trata de um poder vertical e hierárquico que planeja o ódio às mulheres, ou o ódio aos gays, ou o ódio ao fato de ser penetrado. É um regime de discurso e práticas que simplesmente funciona, exerce-se, repete-se continuamente em expressões cotidianas de múltiplos lugares e momentos, criando realidade (e ferindo) a partir dessa mera repetição. Aprende-se esse valor negativo que cria o objeto – e não o contrário.”

<sup>9</sup> Optamos por trocar o termo para regime cisheteronormativo para abranger também a questão da identidade de gênero. A cisheteronormatividade mantém o conceito de heteronormatividade e também “ressalta as diferenças produzidas a partir do binarismo trans e cis.” (Souza & Prado, 2019, p. 49). Pensar em um regime cisheteronormativo nos permite pensar em um regime de discurso e práticas que por meio de repetições cria e normaliza horizontalmente as identidades de gênero e partir de uma perspectiva cis e heterossexual.

<sup>10</sup> Termo utilizado por Bento (2011).

gênero e a heterossexualidade. Não é incomum ver meninos serem alvos de comentários homofóbicos como “mulherzinha” ou “bichinha” por ajudarem em casa no trabalho doméstico.

Bento (2011) utiliza o conceito de homofobia de Guacira Lopes Louro (1997, p.28-29) para quem “o medo voltado contra os (as) homossexuais, pode-se expressar numa espécie de 'terror em relação à perda do gênero', ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher 'reais' ou 'autênticos'". Essa definição é útil na medida que permite avaliar as reações a meninos ou meninas que não repetem papéis esperados de seus gêneros.

Embora esse trabalho seja sobre homens gays cisgênero, cabe aqui falar sobre a relação das travestis e transexuais com os papéis sociais de modo a demonstrar sua função nos significados sobre ser homem ou mulher na nossa cultura. Em uma das etapas do processo de redesignação sexual de transexuais, de acordo com as normas da Associação Internacional de Profissionais para a Saúde dos Transexuais (World Professional Association for Transsexual Health – WPATH), há uma avaliação da vivência no papel de gênero de acordo com o gênero com que essas se identificam. Uma mulher transexual, por exemplo, seria avaliada e treinada para repetir papéis considerados femininos. (Petry, 2015). No que diz respeito ao trabalho doméstico, Larissa Pelúcio (2007) aponta que travestis assumem papéis na divisão das tarefas domésticas que correspondem a estereótipos de relacionamentos heterossexuais em que a mulher é aquela responsável pela organização da casa e o homem pelo sustento do lar. Dessa forma, esses papéis têm forte influência em como esses sujeitos são percebidos ou percebem a si mesmos enquanto masculinos ou femininos.

Com base no exposto acima, longe de ser uma dimensão comportamental separada da identidade, o papel é visto como importante delimitador para as identidades dos sujeitos. Isso pode ser especialmente observado em relacionamentos conjugais heterossexuais, pois devido à heteronormatividade, essa relação passa por inúmeros questionamentos da sociedade, o que faz com que os cônjuges recorram a estereótipos de gênero para reafirmar suas identidades masculinas e femininas. O trabalho doméstico, em especial, marca o que seria considerado masculino e feminino de um ponto de vista heterossexual.

Entendemos que nossa pesquisa pode não apenas trazer mais informações sobre casais gays, como também subsidiar uma maior discussão sobre a divisão do trabalho em casais heterossexuais, além de ser uma reflexão acerca das relações de gênero a partir da

desconstrução de estereótipos. Para isso, tomaremos como referencial teórico o conceito de gênero da filósofa Judith Butler, concebido como um ato performativo.

## **1.1 GÊNERO E PAPÉIS DE GÊNERO**

### **1.1.1 IDENTIDADE DE GÊNERO**

Butler (1990/2017) em suas teorizações iniciais sobre o gênero toma a ideia de abjeto de Julia Kristeva para se referir a todos aqueles que estão fora dos chamados gêneros inteligíveis. Por gêneros inteligíveis entende-se aqueles que mantêm uma relação de continuidade e coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual em uma matriz cisheterossexual cultural de inteligibilidade. Podemos compreender isso da seguinte forma: se nasço com um pênis, logo sou nomeado como um menino, que deve desejar meninas e na relação sexual com elas ser aquele que as penetra; se nasço com vagina, sou nomeada como menina, que deve desejar meninos e na relação sexual com eles ser aquela que é penetrada. A heterossexualidade compulsória e naturalizada estabelece e justifica a complementaridade de masculino e feminino. Variações fora dessa linha de pensamento são entendidas como falhas e não contempladas pela matriz heterossexual de inteligibilidade, constituindo o campo do abjeto. Trata-se de pessoas homossexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outros.

Para entender por que essas pessoas constituem o campo do abjeto é importante compreender que para Kristeva, o abjeto é aquilo que é expelido para fora do corpo (fezes, urina, suor, etc) e que, ao ser expulso, delimita os contornos do sujeito e a distinção interno/externo. Na análise de Patrícia Porchat (2014, p.307) esse “corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos e nossos excessos. A ideia de abjeto passa do plano individual ao social e coletivo. Passa-se de um corpo biológico a um corpo social. Os excessos, seja daquilo que causa nojo quanto daquilo que causa prazer, devem ficar de fora do sujeito e da sociedade, devem se tornar um outro”.

Um diferencial de Butler é que suas análises não partem dos conceitos tradicionais de masculino e feminino, mas sim do abjeto. (Porchat, 2014). Butler (1990/2017, p.191) citando Freud entende que “é a exceção, o estranho, que nos dá a indicação de como se constitui o mundo corriqueiro e presumido dos significados sexuais”. Nesse sentido, tomar os casais

gays como base para refletir sobre as tarefas domésticas pode ajudar a iluminar a vida corriqueira e cotidiana da organização de uma casa pelos membros de qualquer casal.

Butler (1990/2017), em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, questiona a distinção sexo/gênero. Essa distinção havia sido originalmente concebida como uma forma de questionar a ideia de que a biologia é destino, atendendo à tese de que embora o sexo pareça inalterável em determinados termos biológicos, o gênero é uma construção social. Em consequência, o gênero não é nem resultado do sexo e nem tão fixo quanto esse parece ser.

Assim, segundo Butler (1990/2017), se levada essa distinção ao limite lógico, sexo e gênero sugerem uma descontinuidade radical entre si. Não haveria razão para acreditar que o gênero deva se restringir ao número de dois. No entanto, a crença comum num sistema binário de gênero deixa implícito uma relação mimética entre sexo e gênero, em que esse reflete o sexo ou é restrito por ele. Mas supondo que exista uma estabilidade do sexo binário (anatômico), pois mesmo este pode ser questionado, a categoria “homem” pode se aplicar tanto a corpos masculinos quanto femininos, e a categoria “mulher” poderia derivar de corpos femininos ou masculinos. Embora tal noção de gênero rompa com a noção de determinismo biológico, ela ainda tende a sugerir que as categorias homem e mulher são substâncias permanentes.

Butler (1990/2017), então, defende que o gênero não deve ser interpretado como uma inscrição cultural em um sexo previamente estabelecido, mas sim como o aparato pelo qual esse é discursivamente construído. Se já nos referimos a um corpo em termos de masculino e feminino não faz sentido pensarmos o gênero como uma interpretação cultural do sexo. Gênero é um meio discursivo/cultural em que a própria “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é construído e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, como uma superfície politicamente neutra sobre a qual atua a cultura. Com isso, Butler deixa claro que é justamente a colocação da dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo uma das estratégias para que a divisão binária e a estabilidade interna do gênero sejam asseguradas. Assim, Butler implode a distinção sexo/gênero, e afirma que o sexo sempre foi gênero. O corpo é marcado pelo gênero e materializado pelo discurso. Não haveria, portanto, como acessar um corpo pré-discursivo. Sara Salih (2017), comentadora das ideias de Butler, explica:

(...) Se aceitarmos que o corpo não pode existir fora do discurso “generificado”, devemos admitir também que não existe nenhum corpo que não seja, já e desde sempre, “generificado”. Isso não significa que não exista essa coisa que é o corpo material, mas que só podemos apreender essa materialidade através do discurso. (p.105).

Butler (1990/2017) propõe que o gênero é um ato performativo. Por ato performativo, entendemos atos que criam aquilo que nomeiam, ou seja, o masculino e feminino, gerando uma ideia de substância, de algo que sempre esteve ali. Em outras palavras, um conjunto de atos repetidos em uma estrutura altamente rígida que geram uma aparência natural de ser. O gênero é constituído pelos próprios atos tidos como seu resultado.

Cabe ressaltar que o conceito de performatividade trouxe algumas críticas às ideias de Butler em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade*, por esse termo parecer se confundir com performance. Butler, posteriormente esclarece que performance pressupõe um sujeito antes do ato, enquanto performatividade contesta a própria noção de sujeito. No caso, performatividade coloca o sujeito como constituído pelo ato, e não anterior a ele (Salih, 2017). Nas palavras de Butler (2017, p.56), “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra”.

Butler abre então caminho para problematizar o gênero teorizado enquanto uma identidade fixa. Ela critica modelos que tendem a conceber a identidade como substância. Nas próprias palavras de Butler (1990/2017, p.56), “não há uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”.

Para sustentar essa ideia, Butler (1990/2017) recorre à afirmação de Nietzsche de que um “fazedor” é uma mera ficção acrescentada à obra, e que a obra é tudo. A noção de uma identidade de gênero estável e fixa enquanto “substância” teria como função a manutenção das identidades de gênero em termos de homem e mulher e a naturalização da heterossexualidade, que justificaria a complementaridade desses.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço interno por meio de uma *repetição estilizada de atos* (itálico da autora). O efeito do gênero se produz pela

estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* (itálico da autora) constituída. (Butler, 2017/1990, p.242).

O gênero é um efeito performativo de atos repetidos sem um original ou uma essência. O gênero requer uma performance que, ao se repetir, mantém o gênero em sua estrutura binária. E essa performance é parte do ato performativo. Mas falhamos ao repetir uma vez que a falha é intrínseca à repetição. Dessa forma, é na falha dessas repetições que reside a possibilidade de subversão do gênero. Uma repetição subversiva e transformadora. A subversão se dá não em uma destruição das normas de gênero que antecedem e constituem os sujeitos, mas sim dentro de seus próprios termos. (Porchat, 2014).

Após essa breve explicação do conceito de identidade de gênero de Butler (2017/1990) podemos concluir que as identidades de gênero não são expressões de um sexo biológico pré-estabelecido, mas sim o resultado de um discurso que não apenas as constitui como também constitui o próprio sexo. A ligação entre o sexo biológico e a identidade de gênero é uma ilusão produzida pela repetição dos atos que constituem o gênero. Se a identidade de gênero é performativamente construída, o que dizer dos chamados papéis de gênero que são atribuídos a homens e mulheres?

### **1.1.2 PAPÉIS DE GÊNERO**

O termo papel encontra muitas definições. Papel pode ser definido como normas e expectativas de comportamento que definem como indivíduos se relacionam com outros em determinado contexto social, determinando assim as relações sociais. Uma característica dos papéis sociais é a noção de que um complementa o outro. Não pode haver o papel de pai e mãe se não houver alguém fazendo o papel de filho na relação com esses. Alguns papéis são tão rígidos que se cristalizam em leis e geram punições por parte de autoridades institucionalizadas a quem não os executa. (Lane, 1998). Moreno (2017) define papel como a menor unidade observável de conduta. Trata-se de um fenômeno observável e, portanto, mensurável. Na visão desse autor, papéis seriam ainda unidades de representação teatral e de

ação social. Em uma visão sociológica, segundo Nova (2004), papel também corresponde ao status do indivíduo na hierarquia social, sendo aquilo que lhe confere prestígio, riquezas e poder. Mas o prestígio, riqueza e poder não pertencem aos indivíduos, e sim ao seu status. Além disso, na visão desses autores citados podem ainda haver “conflitos de papéis”, em que expectativas de outros em relação a um mesmo papel de um sujeito entram em choque, como, por exemplo, uma professora atender as expectativas da direção de uma escola sobre ser liberal em relação a seus alunos, enquanto os pais desses esperam dela uma postura mais conservadora e rígida.

O que essas definições de papel têm comum é a pressuposição de que existe um ator social por trás desses papéis. No caso, os papéis seriam como “máscaras” ou personagens que os atores vestem ou interpretam. No entanto, a noção de um “ator” é de certa forma incompatível com o conceito de gênero enquanto ato performativo de Butler. Como já dissemos anteriormente, de acordo com a teoria de gênero de Butler (1990/2017), não haveria um ator por trás dos atos que fazem o gênero: ele é construído pelos atos. Butler prefere a noção de sujeito, uma vez que esse carrega uma duplicidade: existe a pressuposição de um agenciamento, mas também submissão a normas que o antecedem. Já quanto ao ator, pressupõe-se uma máscara ou um papel que se escolhe usar ou interpretar, sugerindo aí um ser já enraizado.

O que as várias definições de papel têm em comum são as seguintes características: 1) Trata-se de um fenômeno nomeável e observável; 2) pressupõe complementaridade onde um papel está relacionado a outro. No caso, precisa estar em relação com outro em determinado contexto social para que possa existir; 3) Cada papel interdependente pertence a uma instituição. Por exemplo, papéis atribuídos à esposa e ao marido pertencem à instituição chamada família; 4) São expectativas de comportamento padronizadas e pré-determinadas que acabam se transformando em normas.

Segundo Oliveira e Amâncio (2002), na psicologia social e na sociologia o conceito de papel sexual foi utilizado com frequência para designar comportamentos e atitudes relacionadas ao sexo daquele que os executa. O conceito de papel sexual passou por várias reformulações e foi ligado a outros conceitos de acordo com o referencial teórico abordado. De acordo com Fávero e Maracci (2016), com a distinção entre sexo e gênero o termo “papéis sexuais” foi sendo gradativamente substituído pelo termo “papéis de gênero”, pois o primeiro indicava que mulheres desempenhavam determinados papéis porque estes lhe eram próprios

e naturais. Assim, o termo papéis de gênero entra em cena para falar sobre um grupo social que é sobrecarregado com certos tipos de tarefas definidas pela divisão sexual e social do trabalho ressaltando seu aspecto histórico e social, sendo, portanto, arbitrário e reversível.

D'Amorin (1997) aponta que a noção de papéis de gênero ajuda a analisar esses estereótipos rígidos que permeiam as relações entre homens e mulheres. Uma vez que o objeto de estudo dessa pesquisa são as expectativas de comportamento de cônjuges homoafetivos nos seus relacionamentos, e, em especial, na divisão do trabalho doméstico, o conceito de papel se mostra de certa forma indispensável. Esse conceito enquanto uma forma de analisar o comportamento de um sujeito é útil, pois ele sempre leva em consideração a relação com um outro. O termo papel de gênero enquanto um comportamento ligado a um estereótipo que se torna uma norma também se torna indispensável, porque não é possível pensar os sujeitos sem deixar de analisar as normas de gênero. São normas que os constituem e influenciam a forma como se veem e como criam expectativas em relação a si mesmos e aos outros.

As pesquisas sobre papéis de gênero enfatizam a ligação desses com os chamados estereótipos de gênero. (D'Amorin, 1997). Por estereótipo entende-se

(...) crenças compartilhadas acerca de atributos- geralmente traços de personalidade- ou comportamentos costumeiros de certas pessoas ou grupos de pessoas. Mais especificamente, seja através de uma representação mental de um grupo social e de seus membros, ou de um esquema – uma estrutura cognitiva que representa o conhecimento de uma pessoa acerca de outra pessoa, objeto ou situação – tendemos a enfatizar o que há de similar entre pessoas, não necessariamente similares, e agir de acordo com esta percepção. (Rodrigues, Asmar & Jablonski, 1999, p.150).

Na esteira de uma reformulação do conceito de papéis sexuais, segundo Oliveira e Amâncio (2002), já era entendido que esses papéis deveriam passar por uma redefinição em que fosse enfatizada sua dimensão normativa a partir do gênero, assim como, a ligação desses papéis com os estereótipos no processo de criação da identidade. O estereótipo, nesse caso, serve como um ponto de ancoragem e suporte simbólico para a representação do *self*, em que a identidade é construída em relação a um modo de ser referente tido como universal.

Como alguns estudos da antropologia já nos indicaram, não há um referente universal sobre os estereótipos do que significa ser homem e mulher. Um exemplo disso é o clássico estudo da antropóloga Margaret Mead (2015) com três tribos da Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli.

Os homens e mulheres Arapesh, embora desempenhassem papéis diferentes no que diz respeito às demais atividades da tribo, “exibiam uma personalidade que, fora de nossas preocupações historicamente limitadas, chamaríamos de maternal em seus aspectos parentais e femininas em seus aspectos sexuais. Encontramos homens, assim como mulheres, treinados a serem cooperativos, não-agressivos, suscetíveis às necessidades exigências alheias” (Mead, 2015, p.267).

Os homens e mulheres Mundugumor entravam em contraste com os Arapesh, pois, segundo Mead (2015, p.268), “se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexados, com o mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade”. Esse padrão de comportamento seria encontrado, de acordo com a autora, dentro do imaginário social em nossa cultura, no estereótipo de um homem indisciplinado, antissocial e extremamente violento.

Na terceira tribo, os Tchambuli, há uma divisão mais acentuada entre as atitudes de homens e mulheres, porém, sendo o total oposto do que é esperado em nossa cultura: nessa tribo, segundo Mead (2015, p.268), é “a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem é a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente”.

Com o exposto acima é possível perceber que os Arapesh e Mundugumor, de acordo com Mead (2015, p.274), não “estabeleceram qualquer atitude específica para o sexo. Todas as energias da cultura foram dirigidas para a criação de um único tipo humano, independente de classe idade, idade ou sexo”. Já os Tchambuli, ainda segundo a autora, levaram em consideração o sexo como base para a organização da personalidade social em que homens e mulheres têm atitudes e personalidades distintas, ainda que o oposto daquilo que é esperado na nossa cultura.

Aqueles que não repetiam os papéis esperados de um homem e de uma mulher nessas tribos eram assim chamados por Mead (2015): “inadaptados”. Por “inadaptado” entende-se

(...) qualquer indivíduo que, por disposições inatas ou acidente da primeira educação, ou mediante as influências contraditórias de uma situação cultural heterogênea, foi culturalmente “cassado”, o indivíduo para quem as ênfases mais

importantes de sua sociedade parecem absurdas, irreais, insustentáveis ou completamente erradas. (Mead, 2015, p.277).

É interessante observar que alguns “inadaptados” de algumas dessas tribos seriam facilmente considerados adaptados dentro dos estereótipos do que seria um homem ou uma mulher na nossa cultura. Homens “inadaptados” Arapesh e Tchambuli poderiam ser considerados homens típicos na nossa cultura, uma vez que por fugirem do modelo de homem de suas tribos e possuírem certa agressividade, isso os aproximaria do estereótipo hegemônico de homem ainda presente nas nossas relações de gênero. De igual maneira, mulheres “inadaptadas” Mundugumor e Tchambuli poderiam se aproximar do estereótipo sobre o que é ser mulher na nossa cultura.

Esses “inadaptados” de alguma forma sofriam sanções por não se conformarem aos papéis que eram parte do estereótipo do que seria um homem e uma mulher em cada tribo. Mas não significa que estavam fora da cultura: eram parte importante para a constituição do que seriam os papéis de um homem ou mulher em cada tribo. Segundo Butler (1990/2017), o sujeito é constituído ao repetir as normas que o antecedem, ou seja, categorias, termos e nomes que nunca escolheu. Mas o mesmo sujeito está fadado a falhar ao repetir essas normas. Assim, toda cultura e grupo social produz seus “inadaptados”.

Mead (2015) faz um relato interessante que pode passar muitas vezes despercebido. Embora a autora descreva os Arapesh como maternais em seus aspectos parentais e femininos em seus aspectos sexuais, há uma passagem de seu estudo onde descreve que mulheres Arapesh carregam cargas de 20 a 30 quilos amarradas por uma tira em suas testas, muitas vezes com uma criança em uma casca atada em seus peitos. Já os homens Arapesh quase nada transportam, com exceção de algumas cargas de carne e alguns toros de madeira. Esses homens quando realizam o transporte dessas cargas se reúnem em grupos, onde se revezam constantemente devido ao fato de as varas de carregamento esfolarem seus ombros pouco acostumados a essa tarefa.

Os Arapesh, segundo Mead (2015, p.33), acreditam que “é justo que as mulheres transportem cargas mais pesadas que os homens, pois as cabeças femininas, dizem eles, são muito mais duras e fortes”. Essa afirmação entra em contraste com a nossa cultura, uma vez que o discurso recorrente é de que as mulheres são mais fracas que os homens e que, portanto, não podem carregar cargas mais pesadas que eles. Isso sugere que o discurso a respeito da força das mulheres, tanto na cultura dos Arapesh quanto na nossa, longe de descrever uma

expressão dita natural dos corpos delas é na verdade um efeito performativo do gênero, assim como postula Butler (1990/2017). Além disso, isso também aponta os limites da linguagem ao se atribuir características femininas do ponto de vista da nossa cultura a dos Arapesh, pois por mais que descrevamos alguém como masculino ou feminino isso certamente nunca dirá tudo sobre esse sujeito. Algo sempre escapará.

Mead (2015) faz outra observação a ser considerada:

(...) Os Mundugumor, fizeram é verdade, uma seleção arbitrária, quando reconheceram habilidade artística para indivíduos nascidos com um cordão umbilical em volta do pescoço, e negaram firmemente o feliz exercício da habilidade artística aos nascidos de maneira menos incomum. O menino Arapesh com infecção de sarna foi socialmente selecionado para tornar-se um indivíduo descontente e anti-social, e a sociedade força crianças alegres e cooperativas, amaldiçoadas com essa doença, a se aproximarem por fim do comportamento próprio de um pária. (p.274).

Vemos nesses dois casos citados por Mead (2015), a atribuição de papéis e personalidades com base em outros aspectos como um cordão umbilical enrolado no pescoço ou uma infecção de sarna. Se os Arapesh e Mundugumor quase não diferenciam em termos de papéis e personalidades seus membros em razão do sexo do nascimento, nesses dois casos citados pela autora nota-se uma atribuição arbitrária e radical com base no cordão umbilical e doença de sarna.

Esses casos citados por Mead (2015) permitem uma aproximação com algumas ideias de Butler conforme comenta Salih (2017):

(...) Uma menina não nasce menina, mas é “tornada” menina, ou até mesmo antes, com base no fato de ter um pênis ou uma vagina. Essa é uma distinção arbitrária, e Butler argumenta que as partes do corpo são *investidas* (itálico da autora) de significado e, conseqüentemente, os bebês também poderiam ser diferenciados um dos outros com base em outras partes - o tamanho das orelhas, a cor dos olhos, a flexibilidade da língua. Longe de ser neutra, a percepção e descrição do corpo (“É uma menina!”, etc.) é um enunciado interpelativo performativo, e a linguagem que parece simplesmente descrever o corpo, na verdade, o constitui. (p.112-113).

Com base no exposto acima por Mead (2015) e Butler (1990/2017), é possível questionar de forma enfática a ligação entre os papéis de gênero e, conseqüentemente, as identidades de gênero com o sexo biológico. Não se trata, portanto, de um destino definido pela anatomia, mas sim de uma atribuição arbitrária do meio social com base em alguma parte do corpo, no caso, um pênis ou uma vagina.

Butler em um artigo para o jornal *Folha de São Paulo* comenta a recepção que teve de grupos ultraconservadores no Brasil e ao explicar sobre sua teoria de gênero fala brevemente sobre como o conceito de papel se encaixa em sua teoria de gênero enquanto ato performativo. Como já dito antes, ao nascermos um gênero nos é atribuído com base em termos um pênis ou uma vagina. Segundo ela, “às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem”. (Butler, 2017, p.3).

Mas, ainda segundo Butler (2017, p.4), “muitas pessoas sofrem dificuldades com sua atribuição — são pessoas que não querem atender aquelas expectativas, e a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada”. De acordo com Porchat (2014), Butler tem um objetivo político claro em sua teoria de gênero: dar voz a *aquelxs* que estão no campo do abjeto, como homossexuais, travestis, transexuais e outros.

Ainda no mesmo artigo, Butler (2017) reafirma esse compromisso quando diz que algumas “pessoas vivem em paz com o gênero que lhes é atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de se viver” (p. 4). Nesse mesmo artigo Butler deixa ainda mais evidente que sua teoria também pretende garantir a homens e mulheres, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, “mais liberdade e aceitação para a gama ampla de identificações e desejos que constitui nossa complexidade como seres humanos” (p. 5). Com base nessas ideias, podemos também questionar os papéis atribuídos a homens e mulheres, muitas vezes à revelia desses.

Segundo Bento (2011), essa transmissão de expectativas de comportamento já tem início assim que um feto tem seu sexo revelado na ultrassonografia. Nesse momento, o feto deixa de ser feto com a atribuição de um gênero através da nomeação “é menino” ou “é menina” com base em sua genitália. Essa revelação da genitália durante o ultrassom evoca

uma série de expectativas, desejos dos cuidadores e pressuposições sobre comportamentos atribuídos para aquele corpo que ainda é uma promessa. A materialidade do corpo só passa a adquirir vida inteligível quando é anunciado o sexo do feto. Ao nascer, a criança encontra uma complexa rede de expectativas e desejos para o futuro, que visam projetar nela o fato de ser menina ou menino, ou seja, um corpo que tem vagina/pênis. Assim, essas expectativas vão sendo estruturadas em uma complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que, por fim, antecipam o efeito de que se supõe a causa.

A partir disso, junto com a atribuição de gênero os corpos são inseridos em uma rede de expectativas para que venham a desempenhar um papel nomeado como masculino no caso de meninos ou um papel nomeado como feminino no caso de meninas.

Os brinquedos dados às crianças também agem como “próteses identitárias” e vão preparando seus corpos para viverem de acordo com as expectativas que acompanham o gênero que lhes foi atribuído. Às meninas são dados brinquedos que remetem à vida doméstica, passividade e ao cuidado com os filhos como utensílios de cozinha, limpeza, bonecas, etc. Já aos meninos, são entregues carrinhos, revólveres e outros brinquedos que remetem à vida pública a comportamentos tidos como viris, competitivos e agressivos. Os brinquedos basicamente continuam o trabalho da nomeação “é menino” ou “é menina”. Produzem o masculino e feminino gerando a ilusão de que o brincar com esses brinquedos fosse uma característica “natural” de cada gênero. (Bento, 2011).

Porém, como se pode dizer que toda criança que nasce com uma vagina gosta de brincar com bonecas ou um menino gosta necessariamente de brincadeiras que remetem somente ao domínio público? Papéis nomeados como masculinos seriam um “talento natural” de corpos com pênis e papéis nomeados como femininos seriam “talentos naturais” de corpos com vaginas? Segundo Bento (2011, p.550) como se pode “afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce ‘contaminado’ pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo”.

A forma como os papéis de gênero referenciados é organizada em instituições como a família que partem de um pressuposto referenciado na heterossexualidade de que um papel nomeado como feminino complementa o papel nomeado como masculino, ou seja, de um ponto de vista heterossexual. Segundo Bento (2011, p.551), é durante a infância que a

pedagogia dos gêneros hegemônicos prepara “os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos. As ‘confusões’ nos ‘papéis’ provocam, direta e imediatamente, ‘perturbações’ na orientação sexual, supõem os defensores do binarismo”. Quando, por exemplo, um menino manifesta gosto por brincar de casinha ou uma menina prefere brincar de carrinhos, isso é visto pelos defensores do binarismo de gênero como uma “perturbação” na orientação sexual. Assim, meninas e meninos que manifestam prazer em papéis nomeados como do gênero oposto se tornam alvos de heteroterrorismo.

O heteroterrorismo, como define Bento (2011), marca as reiterações que produzem o gênero e a heterossexualidade. Isso ocorre por meio de enunciados que estimulam ou inibem certos comportamentos assim como por insultos e piadas homofóbicas. O autor dessa pesquisa, por exemplo, lembra de um episódio no qual foi repreendido por um tio por estar de perna cruzada. Segundo esse tio, tal gesto seria “coisa de mulherzinha”. No que diz respeito ao trabalho doméstico, o autor também já ouviu piadas homofóbicas de outros parentes por lavar a louça para a mãe enquanto essa trabalhava.

Segundo Bento (2011), misturar os mundos masculinos e feminino, seja por gestos, pelo uso de roupas, por brincar com certos brinquedos e por desempenhar papéis atribuídos ao outro gênero é visto pelas instituições como um sinal de homossexualidade latente, o que desperta a ação do controle produtor, conforme postula a autora, que recebe esse nome por produzir a masculinidade e feminilidade referenciadas na heterossexualidade. Cada enunciado do tipo “Isso não é coisa de menino” tem como intuito controlar e produzir o gênero hegemônico. Dessa forma, tais “verdades” vão sendo repetidas por vários caminhos e, por diferentes instituições, de modo que as interiorizamos e as tomamos como nossa “pele”.

No entanto, Butler (1990/2017) aponta que o fato de um homem ser masculino ou feminino e uma mulher ser feminina ou masculina não nos dá indicativo certo de qual seria a orientação sexual desses. Um homem feminino pode muito bem ser heterossexual assim como um homem masculino pode ser homossexual. No dia a dia, quantas vezes nos deparamos com situações onde causa surpresa um homem extremamente masculino declarar ser homossexual? A reação mais comum é dizerem: “Nossa, você nem parece ser gay”.

Assim, um sujeito que não repete um papel de acordo com o estereótipo do que viria a ser o comportamento esperado de um homem e uma mulher “de verdade”, entra, no olhar

das instituições observadoras (a família, por exemplo), perigosamente no limiar entre o inteligível e o abjeto, mesmo que ele se reconheça como cisgênero e heterossexual. Na abjeção reside tudo aquilo que foge da racionalidade social, ao que é considerado inteligível e, segundo Miskolci (2017), se refere ao espaço que a coletividade impõe a todos aqueles que são vistos como uma ameaça ao seu funcionamento, ordem social e política. Ser abjeto é ser temido e ser alvo de recusa ao ser encarado com repugnância, uma vez que sua existência é tida como uma ameaça à a visão e estabilidade do que é a comunidade.

E é precisamente o temor de se tornar um abjeto que faz com que sujeitos tentem ao máximo se prender a repetição rígida de papéis ligados a estereótipos de masculinidade e feminilidades hegemônicas.

O papel é ligado a posições e hierarquias sociais. No caso do papel de gênero ele é ligado a estereótipos referentes a uma ordem social que ainda reflete uma realidade androcêntrica que restringe o feminino a uma posição de subordinação ao masculino. (Oliveira & Amâncio, 2002). Um menino que escolhe brincar de boneca pode ser alvo de ataques verbais heteroterroristas como ser chamado de “bixa” e “mulherzinha”. Não repetir os papéis clássicos faz com que esses sujeitos sejam ameaçados de serem tratados como abjetos. No caso de meninos, serem dominados como as mulheres. (Welzer-lang, 2003). Pois esta é a forma que o poder age para manter o feminino preso ao privado e o masculino ainda dominante no espaço público, mesmo que tenhamos tido alguns avanços no decorrer dos últimos anos.

Mas, inevitavelmente, como já dito anteriormente, essas repetições estão sujeitas a falhas. O corpo não acata por completo as normas que impõem sua materialização. Butler encontra na pulsão (*Trieb*) o conceito psicanalítico que usará para explicar a repetição subversiva das normas de gênero e, conseqüentemente, a abertura para uma transformação social. (Porchat, 2014). A pulsão, segundo Roudinesco e Plon (1998, p.628), é uma “carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento inconsciente do homem”.

Ao recorrer à psicanálise e ao conceito de pulsão, Butler apud Porchat (2014, p. 98) diz que “somos dirigidos por aquilo que não conhecemos e não podemos conhecer e esta pulsão (*Trieb*) é precisamente o que não se reduz à biologia e nem à cultura, mas sempre o lugar de sua densa convergência”.

Connel e Pearse (2015) já apontavam que o antigo modelo do gênero como socialização de papéis possuía uma falha ao conceber que os aprendizes sejam apenas passivos e os agentes de socialização ativos. As autoras apontam pesquisas em que os jovens não são totalmente passivos em relação às normas de gênero deixando que elas os impregnem. Pelo contrário, eles podem ser constantemente ativos. Às vezes, não aceitam a divisão de gênero imposta pelos adultos e às vezes aceitam. Podem, inclusive, estabelecer suas próprias divisões e as embaralhar em situações como um recreio em uma escola. Esse modelo de socialização reconhece apenas uma dimensão do aprendizado, isto é, em direção aos papéis sexuais ou contra eles. Isso faz com que seja difícil compreender mudanças que acontecem aparentemente do nada na vida de jovens, como uma explosão de agressividade e/ou atividade sexual, um afastamento entre meninos e meninas, etc. Nesse sentido, segundo as autoras, a psicanálise surge como uma teoria que melhor explica como a sexualidade pode fluir em várias direções ao longo do desenvolvimento, como já apontou Porchat (2014) ao discorrer sobre o papel da teoria psicanalítica na obra de Butler:

(...) Butler abre espaço para a transformação individual e, conseqüentemente, social, quando diz que as normas não exercem um controle definitivo, ao menos não sempre. A psicanálise é invocada como uma teoria que mostra de que maneira a sexualidade falha em se conformar às normas sociais pelas quais ela é regulada. A sexualidade se caracteriza pelo deslocamento, excede a regulação, mas tampouco se pode dizer que ela é livre e selvagem. Emerge como possibilidade improvisada em um campo de restrições. (Porchat, 2014, p.98).

Não há um sujeito que seja invulnerável às normas de gênero, mas não há normas de gênero que sejam invulneráveis a uma repetição subversiva por parte do sujeito.

O gênero requer uma performance, sendo essa parte do ato performativo. Uma *performance repetida*. Sendo que “essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação”. (Butler, 1990/2017, p.242). Tal performance, ainda segundo Butler (1990/2017), mantém o gênero em sua estrutura binária de heterossexualidade compulsória e dominação masculina. As performances reiteram as normas que constituem o sujeito. Ao se nomear papéis como masculinos e femininos, longe

de expressar que cada papel é atributo natural de um homem ou uma mulher, cria-se a ideia de que tais papéis são naturais a cada um.

Assim, pensando nos papéis de gênero enquanto uma das dimensões da performance do gênero, mesmo os sujeitos inteligíveis como homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais podem não acatar o enquadramento em estereótipos rígidos de masculinidade e feminilidade hegemônicas. Tal como acontece com os “inadaptados” das tribos estudadas por Mead (2015), na nossa cultura é possível encontrar homens que assumem papéis esperados de uma mulher e mulheres que “assumem” papéis esperados de um homem, ou mesmo que os embaralham em várias direções, sem que isso necessariamente os tornem homossexuais ou transexuais.

Considera-se que na análise dos papéis de gênero pode haver duas interpretações: a primeira, a tradicional, os papéis de gênero seriam os comportamentos esperados de um homem e de uma mulher. Nesse enfoque, o gênero é entendido na estrutura binária masculino/feminino e o objetivo seria investigar como o gênero dos indivíduos define a série de comportamentos que eles deveriam exercer para obter a aprovação do grupo. A pesquisa de cunho tradicionalista, segundo D’Amorin (1997) buscava delimitar três aspectos do papel de gênero através das perguntas que assim podemos formular: Como as pessoas acham que homens e mulheres devem se comportar? Como as pessoas acham que se comportarão homens e mulheres? Como na realidade, se comportam homens e mulheres? (D’ Amorin, 1997).

O problema dessa interpretação é que, apesar de entender o papel como algo despreendido do biológico, ela essencializa o gênero na medida em que estabelece como duas únicas alternativas as categorias homem e mulher, ou seja, dentro de um ponto de vista heterossexual. Em outras palavras, restringe a análise dos papéis somente aos chamados gêneros inteligíveis. (Butler, 1990/2017). Essa visão, como já dito anteriormente, não condiz com o nosso intuito que é o de investigar os papéis que cônjuges homossexuais, aqueles que estão fora dos gêneros inteligíveis, atribuem uns aos outros na divisão do trabalho doméstico.

E assim, chegamos à segunda interpretação a respeito da análise dos papéis de gênero. Segundo D’Amorin (1997), essa interpretação em pesquisas sobre papéis de gênero tem como foco investigar os inúmeros papéis que podem ser exercidos por pessoas independentemente de seu sexo, buscando verificar a forma como o gênero introduz diferenças no exercício desses. Certos papéis seriam mais sensíveis à influência do gênero

devido às expectativas da própria pessoa e do grupo com quem se relaciona, delimitando qual seria a forma “correta” de exercê-los em situações específicas de modo a possibilitar a compreensão das diferenças de acordo com a expectativa social. (D’Amorin, 1997). Mas ainda assim, tal definição ainda abarca um sujeito anterior ao gênero ainda que se tente não nomear um papel como masculino e feminino. Pois, como já mencionado, Butler (1990/2017) entende que o gênero é o aparato pelo qual o masculino e feminino, bem como o próprio sujeito, são produzidos.

Nas tribos estudadas estudadas por Mead (2015), mesmo que os papéis atribuídos a homens e mulheres mudassem em relação a cada tribo, ainda assim eles diziam respeito a relações heterossexuais. Podemos então pensar que a própria definição de papéis de gênero tem a função de produzir a ideia binária de comportamentos padronizados que se opõem e se complementam em determinadas situações em determinadas instituições sociais, como a família. Sendo a função desses comportamentos auxiliar na produção da própria heterossexualidade.

Então como se pensar em papéis de gênero em uniões gays?

## **1.2 A FAMÍLIA**

### **1.2.1 DA FAMÍLIA ANTIGA À FAMÍLIA ATUAL**

O ser humano é considerado mais dependente no momento de seu nascimento do que outras espécies de animais conhecidas. Ao nascer o ser humano depende de outros para continuar vivo. Esses outros se encarregam de alimentar, higienizar, afagar e fornecer outras condições básicas para sobreviver a esse ser humano que veio ao mundo. A instituição social que na maioria das vezes se encarrega de proporcionar esses cuidados ao sujeito é a família. O conceito de família é ao mesmo tempo velho e novo; velho na medida que o ser humano sempre precisou de outros para lhe proporcionar cuidados nos primeiros anos de vida; novo uma vez que a configuração da família passa por constantes alterações de acordo com o contexto cultural e mudanças sociais. (Boariani, 2003).

Segundo Reis (2012), a família é uma instituição que tem estado em evidência. Ainda é comum se falar sobre “morte da família”, “conflito de gerações”, “crise familiar”, etc. Para alguns, a família é a base da sociedade e estabilidade social, devendo ser mantida inalterável a todo custo. Para outros, ela é algo a ser combatida, por ser um entrave ao desenvolvimento

social, a fonte de todas as neuroses dos seus membros e o local onde se exerce a dominação sobre homens e mulheres. Questionamentos à parte, não se pode negar a importância da família na vida emocional de seus membros, como mediadora entre o indivíduo e a sociedade, e como o local onde os indivíduos desenvolvem sua primeira identidade social. Para se compreender a família é preciso admitir que é impossível entendê-la sem considerá-la dentro da complexa trama social e histórica que a envolve. Também é preciso fazer algumas considerações sobre ela. Uma delas é que a família não é algo “natural”, mas uma instituição criada pelo humano, que varia em sua constituição em situações e tempos diferentes, para responder a necessidades sociais.

Outra importante consideração apontada por Reis (2012) é a função ideológica da família:

Como a ideologia opera na família? Ela começa por apresentar uma noção ideologizada da própria família. Essa noção, veiculada principalmente pelos pais, os principais agentes da educação, ensina a ver a família como algo natural e universal, por isso, imutável. Depois passa a apresentar da mesma forma o mundo e todas as relações sociais. É claro que a família cumpre sua função ideológica em complementação a outros agentes sociais. Sua importância, às vezes relativizada no processo global de transmissão da ideologia dominante, não pode ser negada. (p.103)

Para compreender as mudanças acerca da família, em especial no que tange ao trabalho doméstico que é objeto de estudo desse trabalho, é preciso fazer uma breve conceptualização das mudanças na estrutura familiar até os dias de hoje. Tomaremos como ponto de partida o estudo de Philip Ariès (1981) sobre a família inglesa.

Segundo Ariès (1981), entre o século XVI e XVII, houve mudanças significativas na família, na medida em que essa modificou suas relações internas com a criança. Observa-se que entre os ingleses, até esse período, havia uma falta de afeição para com as crianças. Essas eram mantidas em casa até 7 ou 9 anos, e, após essa idade, elas as colocavam, tanto meninos quanto meninas, na casa de outras pessoas para fazerem o serviço pesado, e aí permaneciam por um período de 7 a 9 anos (até completarem cerca de 14 ou 18 anos de idade). Elas eram então chamadas de aprendizes, e, durante o tempo que permaneciam na casa de outras

pessoas, desempenhavam o trabalho doméstico. Havia poucos nesse período que evitavam esse tratamento, pois, todos, independentemente de suas riquezas, enviavam seus filhos para a casa de estranhos, enquanto recebiam nos seus lares outras crianças estranhas. Acreditava-se que seriam mais bem servidos por crianças estranhas do que por seus próprios filhos. Justificavam que seria um modo de seus filhos aprenderem “boas maneiras”.

Nesse período, a execução do serviço doméstico não era considerada degradante e tampouco despertava repugnância. O servidor deveria saber servir à mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre etc. deve-se ressaltar que esse serviço se compreendia também à função que hoje chamaríamos de secretário. E não era considerado um estado definitivo, e sim um estágio. Um período de aprendizado. O serviço doméstico se confundia com a aprendizagem como forma comum de educação. Aprendia-se pela prática, e essa não parava nos limites da profissão, pois não havia limites entre essa e a vida privada. Uma se confundia com a outra. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança o seu conhecimento, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. Toda a educação se fazia por meio dessa aprendizagem, e essa tinha uma noção bem mais ampla que o sentido que adquiriu mais tarde. (Ariès, 1981).

Nesse período no que diz respeito ao trabalho doméstico nesse modelo de aprendizagem podemos notar que no estudo de Ariès (1981) não há sinais da divisão sexual do trabalho entre as crianças que mais tarde viria a marcar a organização das famílias. Meninos e meninas eram educados da mesma forma no que diz respeito ao trabalho doméstico.

Até então não havia espaço para a escola na transmissão do conhecimento de uma geração para outra, e quando isso ocorria era uma exceção. De modo geral, a transmissão de conhecimento se dava pela participação das crianças na vida dos adultos. Era constante a mistura de crianças e adultos. Ainda não havia essa ideia de segregação das crianças a que estamos acostumados. A criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela depois de adulto, o que nem sempre acontecia. Devido a essas condições, a família não podia alimentar um sentimento profundo entre pais e filhos. A família, portanto, era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Tal realidade só começou a mudar com o aumento da frequência escolar a partir do século XV. Dessa época em diante, a educação passou a ser cada vez mais fornecida pela escola. A escola deixou de ser reservada

aos clérigos, e se tornou um instrumental de iniciação social, a passagem do estado da infância para a do adulto. (Ariès, 1981).

Porém, segundo Ariès (1981), essa escolarização não foi imediatamente generalizada, pois não afetou uma parcela da população infantil. As meninas continuaram durante um tempo a serem educadas pelas antigas práticas, e, com algumas exceções, sendo enviadas a “pequenas escolas” ou a conventos. A maioria era educada em casa, ou também na casa de outras pessoas como os vizinhos ou os parentes. A partir daqui podemos observar indícios do trabalho doméstico como uma marca feminina, uma vez que as meninas ainda permaneceram no antigo modelo durante algum tempo.

A extensão da escolarização das meninas não chegaria antes do século XVIII e início do século XIX. Com o tempo, a antiga aprendizagem entrou em declínio, marcando a vitória da escola através do aumento das unidades de base escolar e de sua autoridade moral. A nossa civilização moderna, de base escolar, foi então estabelecida. (Ariès, 1981).

No século XVIII, a família começou a manter uma distância maior da sociedade, ficando mais confinada em zona particular. A organização da casa também passou por transformações. A densidade social não permitia o isolamento até o século XVII. A reorganização da casa e a reforma dos costumes garantiram um espaço maior à família, que ficou reduzida aos pais e filhos, excluindo os criados. A família silenciosa da Idade média dá lugar a uma família tagarela. O pai, quando ausente, fica a par de todos os detalhes do cotidiano da família. A saúde e a educação passam a ser a principal preocupação dos pais em relação aos filhos. A família moderna se diferenciava da família medieval por sua separação do mundo e oposição à sociedade com o grupo solitário de pais e filhos. Toda a energia dessa família é consumida na promoção das crianças. (Ariès, 1981).

A passagem da família medieval para a do século XVII e para a moderna durante muito tempo ficou limitada aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. No início do século XIX, grande parte da população ainda vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. A partir do século XVIII, o sentimento de família mudou pouco, mas se estendeu cada vez mais às outras camadas sociais. Esse modelo de vida familiar se estendeu a toda a sociedade de tal forma, que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática burguesa. (Ariès, 1981).

No que diz respeito à família brasileira na era colonial, segundo Costa (2004), esse sentido de intimidade da família era inexistente ou despercebido. Foi a medicina do século

XIX e sua preocupação com a higiene que introduziu ou revitalizou esse sentimento da intimidade.

Na revisão de literatura de DeSouza, Baldwin e Rosa (2000), os homens colonizadores portugueses usufruíram de grande liberdade sexual uma vez que não estavam sujeitos ao fervor católico dos espanhóis e tampouco à inibição pudica dos ingleses protestantes. Com a ausência de mulheres portuguesas, mantiveram relações sexuais primeiro com as índias e depois com as escravas negras africanas gerando grande miscigenação. As mulheres portuguesas, que chegaram depois no decorrer da era colonial, eram vistas, segundo os autores, pelo arquétipo do modelo de Maria, sendo estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem poder na esfera pública. Elas não recebiam educação formal e eram treinadas para o casamento, para a administração da casa e cuidado com os filhos. Segundo Costa (2004), no período colonial as atividades domésticas eram desempenhadas quase totalmente pelos escravos negros. Em especial pelas escravas negras no que diz ao serviço de limpeza e preparo da casa, segundo Silva, Loreto e Bifano (2017).

Com o tempo esses escravos foram sendo afastados dos serviços domésticos devido ao fato da medicina, a partir do século XVIII, considerá-los como fonte de doenças e promiscuidade. Dessa forma, foram gradativamente sendo substituídos por serviçais brancos estrangeiros que trouxeram para as famílias brasileiras cada vez mais os costumes europeus desse período. Com o tempo foi sendo cada vez mais cobrado da mulher-esposa branca o cuidado com os filhos reforçando a imagem de mulher-mãe através principalmente do ato de amamentar que somente ela seria capaz de fazer. Esse movimento contribuiu para mantê-la no confinamento doméstico reforçando o machismo do homem na dominação da mulher. A emancipação da mulher e o trabalho fora de casa por parte dela também foi combatido com o intuito de manter essas posições entre homens e mulheres.

A situação dos negros responsáveis pelo trabalho doméstico, após a abolição da escravatura no século XIX, foi relativamente diferente do restante da população negra, pois a maioria permaneceu na casa dos antigos senhores, mesmo sem salário, apenas em troca de abrigo e comida. A escravidão havia sido abolida, mas não foram oferecidas aos negros oportunidades dignas de trabalho que lhes dessem condição de sobreviver, o que, conseqüentemente fez com que muitos deles não tivessem escolha a não ser se submeter a essa situação. Isso significou uma grande mudança nas relações de trabalho, em especial entre as mulheres, onde a senhora e a escrava passaram a ser patroa e empregada, muitas

vezes em uma situação ainda de dominação. Mas com o já mencionado medo social de contaminação por doenças, muitas dessas empregadas negras foram dispensadas pelas patroas brancas resultando na total responsabilização destas últimas pelo trabalho doméstico. Já as negras que eram mantidas pelas patroas brancas eram constantemente alvo de coações e ameaças de desemprego. (Silva, Loreto & Bifano, 2017).

Assim, a oposição entre público e privado nascida na família moderna (ou burguesa) é o que teria consubstanciado a divisão sexual do trabalho, na qual o homem ocupou o espaço público enquanto provedor da família, e a mulher ficou confinada no espaço privado assumindo a função de cuidadora e responsável pelo trabalho doméstico, sendo esse um complemento à função do homem. (Sousa & Guedes, 2016).

O confinamento da família em relação ao mundo exterior também intensificou as relações afetivas entre os seus membros. Com o afastamento da família ao mundo extrafamiliar, as crianças ficaram totalmente dependentes dos pais. Esse isolamento da família também contribuiu para que os modelos identificatórios da criança ficassem limitados às figuras parentais, em especial à do genitor do mesmo sexo devido à rígida divisão dos papéis de gênero. (Reis, 2012).

Dessa forma, podemos observar que, com o passar do tempo, o trabalho doméstico passou a desempenhar dentro da família: a produção do masculino e feminino na heterossexualidade bem como a subordinação da mulher ao homem. A origem do trabalho doméstico brasileiro na escravidão, de acordo com o ensaio de Silva, Loreto e Bifano (2017), contribuiu para a sua desvalorização no território brasileiro. Essa leitura da execução das tarefas domésticas como trabalho escravo e sua associação com a feminilidade também teriam contribuído para a desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico remunerado.

Assim, o modelo familiar burguês tem sido usado como sinônimo de família e se apresenta não apenas como “normal”, mas também como a única possibilidade de família, cumprindo assim sua função ideológica. (Reis, 2012). Podemos observar que o trabalho doméstico desempenhou (e talvez ainda desempenhe) um papel importante na produção de relações de gênero, sendo parte também dessa função.

Além da função ideológica, teria uma função material: a reprodução. (Reis, 2012). Por esse motivo, durante muito tempo foi negado o reconhecimento a outras formas de

organização familiar devido a sua impossibilidade de se reproduzir da mesma forma que uma família baseada na união entre um homem e uma mulher. (Dias, 2015).

### **1.2.2 FAMÍLIAS GAYS**

O direito aos casamentos e uniões civis entre pessoas do mesmo sexo foi marcado por intensas lutas e debates políticos ao redor do planeta, obtendo sucesso gradativamente em algumas nações ao longo dos anos. As uniões civis estáveis e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil são atualmente conhecidos e frequentemente chamados, tanto dentro como fora da área jurídica, de homoafetivos. O neologismo "homoafetivo" foi cunhado pela desembargadora Maria Berenice Dias (2003), que foi a primeira no Brasil a escrever uma obra jurídica que aborda uniões entre pessoas do mesmo sexo. Após a inauguração desse neologismo, ele logo foi incorporado à linguagem jurídica e à linguagem comum. Tanto a união estável quanto o casamento civil são formas de contrato e de garantia de direitos ao casal com poucas diferenças entre si:

(...) Ambos são estruturas de convívio que tem origem no elo afetivo. A divergência diz só com o modo de constituição. Enquanto o casamento tem seu início marcado pela celebração do matrimônio, a união estável não tem termo inicial estabelecido. Nasce da consolidação do vínculo de convivência, do comprometimento mútuo, do entrelaçamento de vidas e do embaralhar de patrimônios. Quando a lei trata de forma diferente a união estável em relação ao casamento, é de se ter a referência simplesmente como não escrita. (Dias, 2015, p. 242).

Se o casamento altera o estado civil, o mesmo não ocorre em relação à união estável. No que diz respeito às obrigações, o casamento pressupõe fidelidade recíproca, vida no domicílio conjugal e mútua assistência, além das obrigações de guarda, educação e sustento dos filhos. As obrigações da união estável estabelecem as de lealdade, respeito e assistência. No casamento, há a liberdade de escolher o regime de bens, enquanto na união estável existe a faculdade de firmar contrato de convivência, estipulando o que quiserem. Em caso de dissolução, no casamento é necessário haver a chancela estatal enquanto a mesmo não é necessário na união estável. (Dias, 2015).

No Brasil não um reconhecimento legal, ou seja, garantido por lei da união estável entre pessoas do mesmo sexo e nem do casamento homoafetivo. Entretanto, também não há

a proibição. O que existe é garantia dessas formas de vínculo através da justiça. Isso foi apontado por Faro e Pessanha (2014), mas vale até o momento atual.

Devido ao repúdio social a segmentos marginalizados, o poder legislativo tem até os dias de hoje enorme resistência em aprovar leis voltadas ao reconhecimento social de minorias alvo de discriminação. (Dias, 2015). A pesquisa de Pereira et al (2013) sobre o papel das representações sociais sobre a homossexualidade na oposição ao casamento civil e a adoção por casais gays aponta que os seus princípios organizadores se relacionam com o apoio à manutenção de políticas homofóbicas e exclusão de direitos. De forma específica, as representações sobre a homossexualidade oriundas de conceitos religiosos (pecado), ético-morais (ameaça ao *status quo*) e psicológicos (psicopatologia) estão positivamente relacionados com o apoio à manutenção de políticas discriminatórias. Já as representações sociais que recorrem a conceitos culturais como o fato de a homossexualidade ter base cultural e ser uma expressão normal da sexualidade humana apontam para uma menor rejeição ao casamento civil e à adoção.

Em razão do ainda forte conservadorismo em relação às uniões gays, os legisladores continuam a resistir em criar uma legislação específica para reconhecer legalmente as famílias gays. Alguns legisladores o fazem por medo de não conseguir se eleger, enquanto outros em razão deles próprios corroborarem, de forma declarada ou não, com políticas homofóbicas. (Dias, 2015). Segundo Miriam Grossi (2003), a então deputada Marta Suplicy apresentou em 1995 um projeto de lei de parceria civil e esse esteve inclusive na iminência de entrar na pauta da câmara dos deputados em 2001. Porém, foi retirado de pauta pelos deputados simpatizantes ao movimento LGBTQI+, pois avaliaram que o projeto de lei não passaria pela barreira levantada pelas bancadas evangélicas e católicas. Além disso, a questão também envolve outras posições, como as que dizem respeito aos direitos sexuais e até mesmo à questão do aborto. O próprio movimento homossexual reivindicou a substituição do projeto de Marta Suplicy por outro que incluísse a possibilidade de adoção e reconhecimento de parentalidade.

A questão da parentalidade, segundo Grossi (2003), foi a questão principal do movimento homossexual francês. Já no Brasil, isso tomou força nos movimentos lésbicos a partir dos debates acerca da guarda do filho da falecida cantora Cássia Eller, quando seu pai requisitou a guarda do neto e entrou numa batalha judicial contra a companheira de sua filha. Ao fim, a justiça deu ganho de caso à “mãe adotiva”.

Butler (2003) aponta que, por vezes, a questão do casamento gay (mais conhecido atualmente como homoafetivo no Brasil), se confunde com a questão do parentesco. Em outros países também vimos, ao longo dos anos, legisladores tentarem impedir que não-heterossexuais consigam o reconhecimento legal de suas uniões. Na França, isso se deu com base no argumento da suposta impossibilidade de reprodução. Mas, paradoxalmente, também os impedem de ter acesso a direitos reprodutivos com o uso de tecnologias reprodutivas, conforme observou Butler (2003) a respeito do debate sobre o Pacto Civil na França na década passada.

Trata-se obviamente de uma contradição. A reprodução por meio do ato heterossexual seria, como já apontado por Donna Haraway (2009), apenas um tipo, entre muitos, de estratégia reprodutiva. Insistir nisso como única possibilidade de reprodução seria inclusive uma atitude irracional. Em *Manifesto Ciborgue*, ao falar de seu mito político, o ciborgue, um híbrido de animal e máquina, Haraway aponta que a relação dos nossos corpos com a tecnologia já é realidade e um caminho sem volta. A possibilidade de reprodução além de uma relação heterossexual já existe graças às tecnologias reprodutivas. Insistir na relação heterossexual como única alternativa de reprodução, a nosso ver, é justamente uma forma que o poder usa para justificar e garantir a manutenção da hegemonia heterossexual.

Observa-se também o mesmo movimento com sujeitos transgêneros com a assim chamada “esterilidade simbólica” (Angonese e Lago, 2017), em que vemos negado o acesso aos direitos reprodutivos dessa população ou mesmo sua invisibilização. É como se esses corpos abjetos fossem tão inumanos que não tivessem nem o direito de se reproduzir. A mesma lógica parece se aplicar aos corpos de homossexuais cisgêneros.

Embora o argumento da reprodução (por via de uma relação sexual) seja constantemente invocado como impeditivo para reconhecimento de relações homoafetivas, segundo Dias (2015), tal argumento seria insuficiente para que vínculos homoafetivos sejam ignorados ou que não possam ser protegidos de acordo com a constituição federal brasileira. A diversidade sexual ou incapacidade reprodutiva (dentro de um modelo heterossexual) não são elementos essenciais para que uma entidade familiar deixe de ser reconhecida como merecedora de reconhecimento do estado. E mesmo que o argumento sobre a reprodução fosse válido, no nosso país casais homoafetivos têm a possibilidade de se reproduzir graças às normas sobre reprodução assistida do Conselho Federal de Medicina, que garante esse direito a essa população.

No Brasil, a constituição federal de 1988, deixou de emprestar especial proteção somente ao casamento como ocorria nas constituições anteriores, e trouxe o conceito de entidade familiar, reconhecendo a relação afetiva fora da configuração do casamento. Com isso, uniões estáveis entre um homem e uma mulher e famílias monoparentais conseguiram proteção especial do estado. O entendimento principal é que a valorização do afeto deixou de se limitar somente à celebração do matrimônio, devendo perdurar por toda a relação. A constituição em nenhum momento proíbe uniões entre pessoas do mesmo sexo, restringindo entidades familiares apenas a uniões heterossexuais, não havendo, portanto, nenhum impedimento constitucional para uniões e casamentos gays. (Dias, 2015).

A omissão do poder legislativo em criar regras para arranjos familiares que surgiam na sociedade acabaram transferindo ao poder judiciário o encargo de julgar os relacionamentos que, até então sem nome e sem lei, lhe batiam às portas. A justiça do estado do Rio Grande do Sul foi a pioneira a reconhecer os direitos das chamadas uniões homoafetivas. (Dias, 2003, 2015).

Posteriormente, em 2011, o Supremo Tribunal Federal - STF fez história ao interpretar a legislação infraconstitucional, aquela que não está incluída na norma constitucional, de acordo com a constituição nos julgamentos da Ação direta de Inconstitucionalidade - ADI 4277 e da Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF 132. Essas ações são uma forma de controle constitucional sobre as leis, onde a primeira age de forma direta sobre uma lei ou ato normativo de modo a declará-lo inconstitucional, enquanto a segunda tem como intuito retirar do ordenamento jurídico um determinado ato do poder público que fira um preceito fundamental da constituição. Apesar da falta de previsão legislativa, o reconhecimento do STF aponta que a falta de reconhecimento formal não significa ausência de direitos e tampouco impossibilidade de conceder tutela jurisdicional. Defender o contrário significa violação ao princípio da isonomia e à liberdade de escolha. Com essa decisão, o STF reconheceu a união civil homoafetiva como entidade familiar. Ainda em 2011, o Superior Tribunal de Justiça - STJ decidiu que o casamento civil gay era possível, uma vez que não havia a proibição constitucional e que a vedação implícita era inaceitável. (Faro & Pessanha, 2014).

Ou seja, uma vez que não há proibição explícita do texto constitucional a casamentos entre pessoas do mesmo sexo, não há, portanto, qualquer justificativa para a negação desse direito a cônjuges homossexuais. Em 2013, no mesmo caminho e para evitar a negativa que

alguns cartórios estavam dando para celebrar casamentos gays o Conselho Nacional de Justiça - CNJ editou a resolução 175, proibindo que as autoridades competentes se recusassem a habilitar, celebrar e converter uniões estáveis em casamentos civis. (Faro & Pessanha, 2014).

Mas a luta pelo direito ao casamento não é livre de problematizações. Butler (2003), embora assinala o quão é justa a luta de parceiros em busca de benefícios como o acesso conjunto a, por exemplo, planos de saúde, questiona a luta do movimento LGBT pelo casamento como se esse fosse o único meio para se obter reconhecimento a não-heterossexuais.

Para um movimento sexual progressista, mesmo alguém que deseje tornar o casamento uma opção para não-heterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável. E mesmo se a questão não é em relação ao casamento, mas aos contratos legais, ainda surgem certos questionamentos: por que o casamento ou os contratos legais se tornariam a base segundo a qual os benefícios de atenção à saúde seriam concedidos? Por que não existiriam maneiras de se organizar os direitos de atenção à saúde de modo que todos, independente do estado civil, tenham acesso a eles? Se defendermos que o casamento é uma maneira de assegurar esses direitos, não estaríamos afirmando também que um direito tão importante quanto a atenção à saúde deve continuar sendo alocada com base no estado civil? Como isso afeta a comunidade dos não-casados, dos solteiros, dos divorciados, dos não-interessados em casamento, dos não-monogâmicos – e como o campo sexual torna-se assim reduzido, em sua própria legibilidade, se o casamento se torna a norma? (Butler, 2003, p.231)

Butler (2003), compreende que a luta do movimento LGBTQI+ pelo direito ao casamento seria de certa forma uma resposta envergonhada ao estigma trazido pela epidemia da AIDS, na qual é desautorizada a sua chamada promiscuidade, de modo a parecerem saudáveis, “normais” e capazes de manterem relações monogâmicas ao longo do tempo. Miskolci (2007) problematiza que na luta pelo casamento civil o argumento de que a intimidade gay e lésbica é igual a de heterossexuais, seria como uma segunda geração da chamada heterossexualidade compulsória. Se de fato não é possível transformar indivíduos

homoorientados em heterossexuais, então a ordem social encontrou um meio de fazê-los viver como se o fossem por meio do casamento.

O conceito de homoafetividade também é problematizado conforme apontam Costa e Nardi (2015). O neologismo homoafetividade foi criado a partir da ideia de que o afeto seria uma justificativa socialmente aceitável para legitimar as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Esse neologismo também teria a função de descolar o desejo erótico exacerbado ou perverso do estereótipo da homossexualidade de modo a diminuir o preconceito social. Mas como apontam os autores, essa redução do preconceito, que o uso do neologismo homoafetividade prometia, não ocorre. Pode-se observar isso no fato de que, na opinião comum, o contraponto da homoafetividade é a heterossexualidade e não a heteroafetividade.

No caso das uniões entre pessoas de sexos diferentes, sua legitimidade se dá suficientemente naquilo que já é previsto pela Constituição Federal. Uma convivência, pública, contínua e duradoura que busca constituir família por si só já é suficiente para a legitimação das uniões heterossexuais. Ironicamente, foram as pessoas do mesmo sexo que exigiram que amor romântico fosse incluído nos requisitos para a legitimação de suas uniões. Sendo que no passado, após a revolução sexual, elas próprias ajudaram a desmistificar a ideia de que a sexualidade, mesmo de heterossexuais, se caracteriza pela presença de filhos em um relacionamento monogâmico sancionado pelo estado e delimitado pelo amor romântico com duração para toda a vida. (Costa & Nardi, 2015).

Dessa forma, ainda segundo Costa e Nardi (2015), a entrada das uniões gays no ordenamento jurídico se dá por um processo moralista, uma vez que diz que somente aqueles cuja união é pautada pelo afeto podem constituir família, o que pode resultar em novos assujeitamentos. “A heteronormatividade mantém-se operante a partir da criação de uma norma irmã, a homonormatividade, designando as formas socialmente mais legítimas de exercício da sexualidade não-heterossexual” (p.143).

Questionamentos pertinentes à parte: até que ponto, de fato, aqueles que estão em relações gays vivem como heterossexuais? Principalmente, como pretendemos investigar, no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico?

### **1.2.3 UNIÕES E CASAMENTOS NÃO-HETEROSSEXUAIS: EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS**

A questão das uniões e casamentos gays por vezes se confunde com a questão da parentalidade que envolve a evocação de uma família de pessoas do mesmo sexo com filhos. Os estudos no território brasileiro seguem a tendência em privilegiar a homoparentalidade como sugere a revisão sistemática de literatura de Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012). Embora a questão do parentesco em famílias ainda seja, mesmo em menor escala, fonte de discussões a respeito das famílias gays, o desejo de ter filhos é algo que surge com menor frequência em casais homoafetivos se comparados a casais heterossexuais, como sugere um dos achados na revisão de Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012).

Na pesquisa de Salomé, Esposito e Moraes (2007), uma das principais motivações para os casais estabelecerem uma família é de garantir o cuidado um do outro e construir uma história juntos. O amor, carinho e a atenção são tidos como aspectos essenciais dessas relações. Nos relatos dos participantes dessa pesquisa, o próprio significado de família é entendido como uma reunião de duas ou mais pessoas que vivem juntas, sendo parentes ou amigos, com o intuito de um cuidar do outro. O afeto aparece como o verdadeiro pivô de relacionamentos gays, e não necessariamente a procriação. Segundo Rosa et al (2016), o desejo de ter filhos é algo que não acontece de imediato na maioria das vezes em casais gays. O desejo de adotar/ter filhos pode acontecer por inúmeros motivos após a relação se estabelecer.

Ainda na esteira do conceito de família e o no papel das amizades nas relações gays, segundo Waseda et al (2016) e Sanches et al (2017), a rede de apoio formada em especial pelos amigos tem importante papel nas famílias gays. Principalmente porque na contemporaneidade ainda é comum as famílias de origem rejeitarem as relações dos filhos a princípio. Tal rejeição inicial acaba por vezes gerando dificuldades nas relações dos casais. Assim, esses casais acabam por vezes expandindo seu conceito de família para incluir a rede de amigos.

Ainda segundo Waseda et al (2016) e Sanches et al (2017), o posterior reconhecimento das famílias acerca das relações gays dos filhos é visto pelos casais como essencial para as suas identidades como casal. Muitas famílias de origem passam por um período de luto pelo fato de os filhos não corresponderem à expectativa heteronormativa que projetam neles e a aceitação de suas relações só vem a acontecer algum tempo depois. Em

especial, quando a família de origem percebe com o passar do tempo que a relação não é passageira. Essa relação com a família de origem é por vezes diferenciada em relação a casais heterossexuais que geralmente contam com o seu apoio e aceitação.

Como sugerem os resultados de artigos norte-americanos na revisão de literatura de Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012), as maiores dificuldades de famílias não-heterossexuais estão relacionadas ao preconceito exterior ao núcleo familiar e não ao arranjo familiar em si. As crianças criadas por casais gays têm desenvolvimento psicossocial semelhante ao de casais heterossexuais, e as diferenças encontradas nos estudos é a forma como essas crianças lidam com a homofobia por meio de sua consciência mais aguçada em relação à homossexualidade e ao heterossexismo na cultura ocidental.

No entanto, Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012) apontam um predomínio de trabalhos comparando casais gays com casais heterossexuais nos estudos norte-americanos, assim como, já mencionado acima, o predomínio de estudos sobre parentalidade no território brasileiro. Os autores ponderam que:

(...) esse movimento pouco contribui para o entendimento das possibilidades e desafios colocados pelos arranjos homoafetivos, pois evocam a tradição heteronormativa, não ajudando a perceber como esses formatos auxiliam a transformar o conceito tradicional de família. A simples diferenciação entre hetero e homossexual pode levar a reduções e preconceitos em relação aos arranjos ditos não tradicionais. (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2012, p.580).

Essa observação vai ao encontro às problematizações levantadas por Miskolci (2007) e Butler (2003) acerca da luta do movimento LGBTQI+ pelo casamento enquanto uma forma de reconhecimento pelo Estado. Como mostram Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012) o predomínio nos estudos sobre parentesco no território brasileiro envolvendo filiação também aponta para esse enquadramento em um modelo heteronormativo, em que a família é somente aquela em que há um interesse em ter filhos. Interesse que, como sugere o estudo de Salomé, Esposito e Moraes (2007), não é a principal motivação de parte dos casais gays ao buscarem uma relação. Além disso, o parentesco se entendido como um “conjunto de práticas que estabelece relações de vários tipos que negociam a reprodução de vida e as demandas da morte” (Butler, 2003, p.221) é algo que pode incluir o nascimento e/ou criação de crianças, mas não se resume a isso. Em termos relacionais há inclusive outras possibilidades, como

sugere Miskolci (2007) ao citar Foucault em uma entrevista em que, ao discorrer sobre o direito de adoção e ser questionado pelo entrevistador se era sobre crianças, fala sobre a possibilidade da adoção de um adulto por outro, ou sobre adotar um amigo dez anos mais jovem ou 10 anos mais velho, etc.

No entanto, não é nosso objetivo discutir novas formas de relacionamento além da união e casamento gays nesse trabalho, mas sim, em resumo, problematizar brevemente como o enquadramento de relações gays em modelos da família heteronormativa, impõe limitações para pensar nessas relações como uma forma de crítica e transformação da instituição familiar, como já apontaram Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012).

Ainda assim, esses estudos sugerem que mesmo que as uniões gays estejam por vezes cobertas com o manto da normalidade advinda do ingresso dessas relações nos modelos familiares, isso não significa que não haja “falhas na repetição” desses modelos, lembrando Butler, e novas possibilidades emergentes a partir dessas falhas. O estudo sobre o discurso de casais gays de Luz e Gonçalves (2018) mostram o encontro e desencontro de velhos e novos modelos na narrativa dos cônjuges sobre suas relações.

Tal como a falha na repetição das normas de gênero abre caminho para uma transformação do gênero (Butler, 1990/2017), as uniões gays dentro do manto da instituição familiar, apontada como uma transmissora de normas e produtora de desigualdade (Miskolci, 2007), parecem também apontar para a possibilidade de uma mudança na estrutura dessa instituição histórica e sempre em metamorfose que é a família, ainda que dentro de certos limites.

### **1.3 O TRABALHO DOMÉSTICO**

#### **1.3.1 O TRABALHO DOMÉSTICO EM UNIÕES CISHETEROSSEXUAIS NA ATUALIDADE**

Como já abordado anteriormente, na família medieval a execução do trabalho doméstico não era vista como algo degradante e humilhante. Era um importante instrumento para a aprendizagem das crianças fora de suas famílias de origem. E era vista como uma forma de educação, através da qual o senhor transmitia à criança o seu conhecimento. (Ariès, 1981).

A questão da divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres em uniões heterossexuais está relacionada a uma nítida divisão entre o domínio privado e público. Na história do século XIX, essa divisão pressupunha que homens “pertenciam” à esfera pública, pois desempenhavam o papel de provedores da família, e as mulheres “pertenciam” à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar era visto como atividade de contrapartida dado o fato de que o marido sustentava a casa. Tal dicotomia entre público e privado consubstanciou a divisão sexual do trabalho, na qual se estabeleceu os homens provedores e as mulheres cuidadoras. Essa divisão se sustentou durante muito tempo devido à visão de um “destino natural” no qual as mulheres pertenceriam ao espaço privado e homens ao espaço público. A partir do século XX, com as transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista, novas configurações começam a surgir, fragilizando a dicotomia privado e público, assim como os modelos homem provedor e mulher cuidadora. Com o afrouxamento das fronteiras entre mundo produtivo (homens) e mundo reprodutivo (mulheres), as mulheres começaram a participar do mundo produtivo ao adentrar no mercado de trabalho. Isso não significou, porém, uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas, pois a esfera de reprodução de cuidados da família continua, em grande parte, a cargo das mulheres. (Sousa & Guedes, 2016).

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. (Sousa & Guedes, 2016, p.125).

A representação da mulher dona de casa e protagonista na execução das tarefas domésticas ainda é dominante no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico. Algumas propagandas de TV, embora tenham tido avanços no que diz respeito à superação de alguns

estereótipos de gênero, ainda reproduzem a representação da mulher enquanto dona de casa e associada ao espaço privado. (Oliveira, 2015).

No estudo de Lima et al. (2008) sobre os sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por adolescentes de classe média e classe baixa, a constante referência às figuras materna e paterna sugere que atividade doméstica pode ser uma estratégia de transmissão de valores, especialmente no que diz respeito ao sexo feminino. A figura da mãe foi frequentemente associada ao âmbito doméstico, enquanto a do pai foi associada ao de provedor, mas que deve ajudar na realização das tarefas, prevalecendo a ideia de um coadjuvante no trabalho doméstico.

Essa visão da participação do homem nas atividades domésticas como uma “ajuda” se mostra recorrente na maioria dos estudos recentes sobre a divisão das tarefas domésticas. Em uma pesquisa realizada no município de Antônio Carlos, região metropolitana de Florianópolis, as mulheres entrevistadas relatam que seus filhos e esposos às vezes fazem o almoço e limpam a casa, mas atribuem a isso o sentido de ajuda e não de trabalho. (Lago, Souza & Erickson, 2009).

Na pesquisa realizada por Jablonski (2010) com homens e mulheres casados, observou-se nos relatos dos participantes uma maior disparidade no que diz respeito ao lazer individual entre os cônjuges. Pois, enquanto os homens dispõem de mais tempo para estar com os amigos, sem os filhos e a esposa para programas como “chopinho” e “futebol”, as mulheres relataram ter menos tempo para o lazer individual. Vale pontuar que mesmo dizendo que gostariam de ter mais tempo para si, as mulheres não afirmaram ser essa uma necessidade premente. Os entrevistados, homens e mulheres, parecem estar sendo influenciados pela visão divulgada na mídia e pela cultura sobre a igualdade entre os sexos, pois ambos se declararam participativos nas tarefas do lar. No entanto, a participação dos homens se dá, em sua maior parte, com o cuidado com os filhos, muito mais do que nas tarefas domésticas. A organização do lar e do trabalho da empregada ainda recai sobre a mulher. As mulheres afirmaram que ainda é atribuído a elas o maior fardo das tarefas, e qualificaram a participação dos maridos como *ajuda*, sendo essa, na maioria das vezes, bem-vinda e festejada.

Ainda sobre o mesmo estudo, os casais pareciam não perceber tal fato como um problema e fonte de conflitos, o que aponta para a forte influência de modelos tradicionais relacionados aos papéis de gênero. Somente em relação ao cuidado com os filhos, a

participação masculina foi maior, embora persistindo a característica de coadjuvante, uma vez que as mulheres ainda se encarregam da maior parte das tarefas, como frequentar reuniões de escola, faltar do trabalho em caso de doenças da criança, etc. Ao serem questionados sobre o que gostariam de modificar no outro, ou seja, o que o outro não faz, os entrevistados disseram acreditar que não havia a necessidade de mudança. Tais resultados sugerem que, mesmo com a sobrecarga feminina, não há conflito de opiniões, fato que pode ser atribuído a uma ainda aceitação dos antigos papéis de gênero.

Na pesquisa com professoras universitárias realizada por Guimarães e Petean (2012), as participantes exerciam em média quase o dobro das horas em atividades realizadas pelos parceiros. Nos cuidados com os filhos esse tempo também é maior. Na avaliação das participantes sobre a divisão das tarefas, 61% das professoras consideravam justa ou justíssima a divisão das tarefas domésticas enquanto 54,2% consideravam justa e justíssima a divisão dos cuidados com os filhos. As autoras sugerem que esses resultados estejam associados à herança patriarcal passada de geração para geração, desde cedo, da ideia da mãe submissa e dona de casa. E no momento que acontece a participação do homem nas tarefas mesmo em desigualdade, e, na maioria das vezes mais atuante nos cuidados com os filhos, gera satisfação e o cessar da cobrança dentro do relacionamento.

Essa mesma situação é encontrada no estudo com professoras da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental realizado por Zibetti e Pereira (2010), que sugere uma sobrecarga no exercício das atividades doméstica para as mulheres gerando um impacto negativo em suas vidas profissionais. Homens participavam mais de atividades relacionadas ao cuidado com filhos, supermercado e alimentação, não havendo relatos de participação em tarefas como a de faxinas ou roupas. Os depoimentos das mulheres dessa pesquisa revelam o conflito sobre suas condições de vida e trabalho. Se priorizam a vida profissional, as mulheres se sentem culpadas pela falta de atenção e paciência no cuidado com os filhos. E se priorizam a vida doméstica se recusando a utilizar o horário extra aula para as atividades profissionais, sentem que não estão sendo dedicadas à sua profissão.

Os estudos de Pinho e Araújo (2012) sugerem que há uma associação entre a prevalência de transtornos mentais comuns e sobrecarga doméstica em mulheres comparadas àquelas que não apresentavam sobrecarga. Os transtornos mentais comuns estavam associados também à falta de tempo que seria dedicado a atividades de lazer, o que contribui para o não desaparecimento do stress, da angústia e da depressão.

No que diz respeito às regiões do Brasil, o Sul desponta como aquela com maior participação dos homens nas tarefas domésticas. O Nordeste se mostra a região com menor adesão da parte de homens nas atividades domésticas, apesar de ter havido um aumento da participação masculina na última década. Apesar das pequenas diferenças, em termos de participação nas atividades domésticas, as regiões apresentam comportamentos similares nessa esfera, não sendo possível concluir que há uma maior igualdade de gênero em nenhuma delas. (Sousa & Guedes, 2016).

Em síntese, as pesquisas recentes sobre a divisão do trabalho doméstico em uniões heterossexuais sugerem que houve um aumento da participação dos homens no trabalho doméstico, mas a divisão ainda permanece desigual prevalecendo a ideia de que a mulher tem papel central na execução do trabalho doméstico. O papel dos homens se apresenta muitas vezes como uma “ajuda” e não como participação. As próprias mulheres por terem internalizado e cristalizado o modelo familiar tradicional reforçam sem perceber o papel coadjuvante do homem no trabalho doméstico.

Um estudo realizado em Portugal por Villas-Boas, Oliveira e Heras (2014) sobre as representações de estudantes do ensino superior sobre a divisão do trabalho doméstico traz algumas informações relevantes para se pensar a influência do meio familiar nas gerações nessa questão. Na pesquisa prevalece a disparidade de gênero no que diz respeito à atribuição de tarefas, sendo predominante a influência do modelo familiar tradicional em que a mãe faz a maioria das tarefas. Mas no que diz respeito ao modelo familiar tradicional, as estudantes demonstram ser menos influenciadas pela organização das tarefas domésticas da família de pertença do que os estudantes, e são as que mais desejam um modelo diferenciado daqueles do que foram criadas. Por outro lado, os rapazes que foram criados em famílias em que existem uma divisão de tarefas mais igualitária entre homens e mulheres, tendem a ser mais igualitários do que os estudantes que vieram de famílias de modelo tradicional. Esse estudo sugere uma pequena mudança geracional nas questões de gênero devido às mudanças sociais, embora ainda esteja longe de ser uma mudança social desejada, uma vez que as tarefas continuam sendo divididas de forma desigual com base no gênero.

### **1.3.2 O TRABALHO DOMÉSTICO EM UNIÕES NÃO CISHETEROSSEXUAIS**

O senso comum tende a fazer algumas hipóteses sobre a divisão do trabalho doméstico em uniões não cisheteronormativas. Lembremos do exemplo, citado em nossa

introdução, de um jornalista que achava que a posição sexual de cada membro do casal gay delimitaria papéis previsíveis em seu relacionamento, baseados no modelo que supõe ativo = masculino/atividades públicas e passivo = feminino/atividades domésticas.

Conforme apontam Silva et al (2016), o conceito de identidade de gênero é frequentemente confundido com o de orientação sexual, o que significaria que um dos membros do casal gay seria “masculino e outro feminino”. A pesquisa de Santos, Shimizu e Merchan-Hamann (2014) com profissionais da saúde do Distrito Federal aponta que esses tendem a confundir homossexualidade com transexualidade, nesse caso a travesti ou mulher transexual seriam vistas como homens gays, só que travestidos de mulher. De minha parte, observei essa mesma visão no interior do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, vale a pena averiguar como diferentes formas de relacionamento não cisheteronormativos despertam questões (algumas de cunho homofóbico) que estão presentes no olhar lançado à divisão do trabalho doméstico em casais gays.

Considerando as relações heterossexuais entre travestis ou mulheres transexuais com homens cisgêneros, observamos, com base na revisão de literatura, que há uma forte reprodução de papéis estereotipados baseados em um modelo heterossexual tradicional de conjugalidade.

Em um estudo de caso realizado por Agreli e Bruns (2015) sobre a vivência afetivo-sexual de um homem cisgênero que se relaciona com uma mulher transexual, observa-se pelos relatos do colaborador, que aquela exerce a maior parte dos trabalhos domésticos na casa e que a participação do parceiro nas tarefas é tida como uma “ajuda”. Mesmo o colaborador da pesquisa se confundindo por vezes e chamando sua parceira ora de “ela” e ora de “ele”, observa-se a vivência de uma relação nos padrões da família nuclear heterossexual, reproduzindo uma visão hierárquica das relações de gênero.

No estudo de Pelúcio (2006) sobre as conjugalidades de travestis que se prostituem, as entrevistadas parecem estar fortemente orientadas pela ideia de uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual que caracteriza os gêneros inteligíveis, conforme postula Butler (1990/2017). As travestis, entrevistas pela autora, não se consideram mulheres de fato. Essas travestis se consideram uma “‘outra coisa’, uma ‘coisa’ difícil de explicar, porque, tendo nascido ‘homens’, desejam se parecer com mulheres, sem de fato serem uma, isto é, terem um útero e reproduzir” (2006, p.526). Segundo a autora, ao mesmo tempo em que subvertiam a ideia de que o gênero decorre do sexo biológico, as travestis, movidas pelo

desejo de serem reconhecidas como femininas, reforçavam o binarismo ao reproduzir uma série de preceitos morais que acreditavam definir o que significa ser “homem” e ser “mulher”. As travestis exigiam de seus parceiros papéis rígidos atribuídos ao binarismo masculino/feminino, esperando que o marido se portasse como o provedor da casa e assumindo para si as responsabilidades domésticas. Em um casamento entre duas travestis, ocorre um fenômeno em que aquela tida como mais masculina passa a reproduzir papéis atribuídos ao que se espera de um homem, enquanto a considerada mais feminina assumia para si maior responsabilidade pelas tarefas domésticas no lar.

Os trabalhos de Agreli e Bruns (2015) e de Pelúcio (2006), cada um a seu modo, sugerem uma repetição mais rígida de papéis ligados a estereótipos de masculinidade e feminilidade hegemônicos em um modelo heterossexual de relacionamento. Os pesquisados pareciam ter internalizado fortemente a ideia de complementaridade que fundamenta e é usada para justificar a divisão binária do gênero em masculino e feminino.

Chama a atenção que a maioria das travestis do estudo de Pelúcio (2006) não considera como um “homem de verdade” aquele, cliente ou parceiro, que fazia o “modo passivo”, ou seja, que gostava de ser penetrado por elas. Como se tal prática sexual tornasse esses homens de certa forma não-inteligíveis. Butler (1990/2017) ao falar dos gêneros inteligíveis e não-inteligíveis na matriz heterossexual de inteligibilidade, embora não tenha entrado nessa discussão, abre a possibilidade de se analisar que um homem cisgênero heterossexual que venha a desejar ser passivo em uma relação sexual possa ser de algum modo considerado abjeto.

Vemos como as relações heterossexuais de travestis e mulheres trans com homens cisgênero mostram que a divisão do trabalho doméstico assim como as posições sexuais parecem ter papel importante na manutenção de suas identidades de gênero.

Lembremos que, como disseram Sáez e Carrascosa (2016), a mulher heterossexual é construída socialmente como sendo penetrável, mas nunca penetradora, enquanto o homem heterossexual é construído como penetrador e com um cu que nunca deve ser penetrado, mesmo que à sua revelia. Do contrário, o homem que se deixa penetrar no cu se torna uma “mulherzinha” ou bixa. Como apontam os autores essa vigilância em torno do ânus desde a mais tenra idade visa construir a identidade do homem heterossexual. Dessa forma, as

travestis e mulheres transexuais<sup>11</sup> recorrem a essas normas de inteligibilidade para construir suas identidades e a de suas relações. Se são penetradas e não penetram, se tornam femininas de “verdade”, mas se penetram e/ou não são penetradas essa feminilidade é posta em xeque. A mesma lógica do regime heterossexual vale para seus parceiros: se penetram e não se deixam penetrar são homens e masculinos de “verdade”, mas se não penetram e são penetrados não se tornam homens de verdade.

Vale notar que, em um dos casais pesquisados por Pelúcio (2006), uma travesti e seu marido não viam necessariamente um problema em ambos flexibilizarem as posições sexuais. Isso não implicava em uma visão, por parte da travesti, de que o marido não fosse um “homem de verdade”. Ainda assim, havia uma associação da feminilidade da travesti com a execução das tarefas domésticas. No entanto, para maioria das travestis pesquisadas, a relação masculinidade/penetração prevalecia.

Segundo Welzer-Lang (2001), essa visão heterocentrada das relações estabelece categorias entre os homens, nas quais se distingue os dominantes/penetrantes e dominados/penetrado(a)s. Homens que não reproduzem essa sexualidade heterocentrada são acusados de não serem homens “normais”, de serem passivos e de serem associados às mulheres, e, portanto, tratados como elas (ou seu equivalente simbólico: os homossexuais). O autor denomina como “grandes homens” aqueles que detêm, em certa medida, poder econômico ou não, sobre as mulheres e outros homens. É nesse duplo poder, sobre mulheres e homens, que se estabelecem as hierarquias masculinas. Em prisões, é comum ver os “grandes homens”, como o autor denomina os chefes do tráfico, subjugando homens mais novos, homens considerados homossexuais, homens que se recusam a lutar e homens que estupraram mulheres. Esses são violentados sexualmente, penetrados, e forçados a servirem como empregadas para os “grandes homens”, assumindo as tarefas domésticas nas celas.

Parece que, assim como o sexo anal através da relação ativo/passivo, o trabalho doméstico também tem papel importante na construção da identidade do homem heterossexual.

A partir dessa visão heterocentrada, a expectativa é de que aquele que fez a posição sexual de ativo, deve ser masculino, dominador e, portanto, executar os papéis tidos como masculinos. Ou seja, estar mais ligado ao espaço público, sendo o provedor do lar e menos

---

<sup>11</sup> Referimo-nos aqui a mulheres transexuais que não realizaram a cirurgia de redesignação sexual, seja por falta de oportunidade, seja por escolha própria.

engajado nas tarefas domésticas. Já aquele que faz a posição sexual de passivo, o dominado, estaria ligado mais ao espaço privado e exerceria papéis tidos como femininos, como a administração e execução do trabalho doméstico. O homem cisgênero heterossexual, que deseja ser passivo em uma relação, corre o risco de não ser considerado um homem de “verdade”, podendo ser tratado como uma mulher e, em última análise, até ser considerado um ser abjeto.

Essa ideia de atividade/dominação/masculinidade e passividade/dominado(a)/feminilidade é fortemente enraizada no senso comum, em que muitas pessoas tendem a compreender a divisão de papéis em casais gays com base na posição sexual assumida por cada cônjuge na relação, tentando dessa forma, tornar os casais inteligíveis dentro do binarismo masculino/feminino.

Pesquisando sobre trabalho doméstico entre casais do mesmo sexo, encontramos a pesquisa realizada em Portugal por Magda Nico e Elisabete Rodrigues (2011). Embora as condições socioeconômicas de Portugal sejam diferentes das do território brasileiro, podendo afetar os resultados da pesquisa numa comparação com o Brasil, alguns de seus resultados foram confirmados em trabalhos nacionais que mencionam a atribuição de papéis no trabalho doméstico em casais homossexuais, embora esse não fosse esse exatamente o foco dos artigos em questão.

Assim como no Brasil, segundo Nico e Rodrigues (2011), em Portugal a heteronormatividade tem dominado as pesquisas sobre a divisão das tarefas domésticas. Segundo as autoras, as poucas pesquisas sobre conjugalidades homossexuais na Europa têm demonstrado uma atenuação na socialização dos papéis de gênero nas relações entre casais homossexuais se comparados a casais heterossexuais.

Na pesquisa realizada pelas autoras, casais homossexuais tendem a empregar outras estratégias na divisão do trabalho doméstico, como: equivalência de papéis, apropriação por um dos membros, complementaridade de papéis e delegação. Os critérios que davam origem a essas estratégias são os de prazer ou desprazer pela tarefa, competência ou afinidade e o fato de um dos cônjuges ser o dono da casa. A estratégia mais comum adotada por esses casais foi a de complementaridade dos papéis, seguida da estratégia de delegação ao outro. Quando apenas um cônjuge não gosta da tarefa, o outro a assume. Isso acontece principalmente em casal de mulheres. (Nico e Rodrigues, 2011).

Competência e afinidade pela tarefa e o fato de um dos cônjuges ser o dono da casa são os critérios mais raros, embora presentes, ambos resultando na estratégia de apropriação da tarefa doméstica por um dos membros do casal. Embora os casais pesquisados demonstrem uma gama de estratégias na divisão do trabalho doméstico de forma não estereotipada em papéis de gênero, ainda foi possível observar uma herança “generizada”. Verificou-se que casais de homens tendem a recorrer mais à ajuda externa, como de empregadas domésticas do que os casais de mulheres. Nos casais de homens, mesmo quando com a ajuda de empregadas, a divisão do trabalho doméstico tendia a ser mais desigual. Nos casais de mulheres, mais do que no de homens, havia uma tendência a inflacionar a participação da cônjuge nas tarefas, no caso, relataram que a parceira participava mais das tarefas domésticas do que de fato participava. Se homens delegavam mais tarefas com base no gosto pessoal, mulheres o faziam com mais frequência no critério de especialização em determinada tarefa.

Na pesquisa de Amanda Zauli (2011) sobre as diferenças entre casais lésbicos do Brasil e do Canadá, a autora sugere que neste segundo país, as mulheres lésbicas, assim como as heterossexuais, investem cada vez mais em suas carreiras, mas com o diferencial de que os casais lésbicos dividem o trabalho doméstico de forma mais igualitária do que os casais de sexos diferentes. Essa organização permite às lésbicas se dedicarem mais às suas carreiras profissionais do que as mulheres heterossexuais. A relação do casal lésbico é vista como um espaço de negociação de tarefas domésticas entre duas pessoas, no caso, “mulheres iguais de direito e de fato” (p. 173). Isso reflete em uma relação com mais solidariedade, conciliação e parceria.

Tombolato (2014), em sua pesquisa com casais do mesmo sexo<sup>12</sup> sugere que há uma maior flexibilização desses papéis quando os casais se engajam na criação do filho. Os casais tenderiam a flexibilizar a divisão das tarefas de modo a satisfazer as necessidades dos filhos. Na pesquisa de Meletti e Scorsolini-Comin (2015), os resultados descritos pelos autores também sugerem uma divisão de tarefas domésticas não cristalizada e pautada no binarismo de gênero, em que gostos pessoais e aptidão prevalecem na atribuição de papéis na relação. Esses dois trabalhos se assemelham ao de Nico e Rodrigues (2011) quando trazem resultados

---

<sup>12</sup> A pesquisa do autor foi com casais homoparentais, ou seja, casais do mesmo sexo com filhos. Mas para utilizar os resultados desse trabalho para a nossa pesquisa optamos por os chamá-los apenas de casais do mesmo sexo.

que sugerem uma divisão não pautada no binarismo de gênero em si, mas diferem por não aprofundar a questão da divisão do trabalho e também por não investigar possíveis assimetrias na atribuição dos papéis assim como conflitos que podem decorrer desses. Também desconsideram a influência de uma herança “generizada” que pode diferenciar casais gays de casais lésbicos na questão das tarefas domésticas. Acreditamos que isso se deve ao fato de que o foco dessas pesquisas não ter sido o trabalho doméstico em si, mas as relações conjugais e parentais de uma forma mais ampla.

A pesquisa com um casal de gays e um casal de lésbicas, de Rosa et al. (2016), encontra diferentes posições de casais homossexuais em relação aos estereótipos de gênero. A pesquisa focou na construção dos papéis parentais na adoção de um filho e trouxe, em segundo plano, relatos sobre a rotina doméstica. Um casal gay acredita que, ao cuidar de sua filha, ambos perpassam pelos papéis parentais tradicionalmente nomeados como maternos e paternos. Já uma mulher do casal lésbico diz achar difícil um casal gay ou lésbico assumir esses papéis tradicionais, embora consiga suprir bem a necessidade da criança. De uma forma geral, a pesquisa aponta uma maior flexibilização na divisão das tarefas sem necessidade de pautá-las pelos papéis tradicionais de gênero.

Percebemos que nos trabalhos acima citados, ao se reconhecerem como casais homossexuais, sejam casais de homens ou de mulheres, portanto iguais de direito e de fato (Zauli, 2011), isso facilita para os membros do casal a não reprodução do modelo tradicional de divisão das tarefas domésticas com base nos estereótipos de gênero do regime cisheteronormativo.

Em relação às travestis e mulheres transexuais também esperávamos que uma vez livres das expectativas da sociedade em relação ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, elas pudessem inovar em seus relacionamentos, ao menos na divisão das tarefas domésticas. No entanto, nos trabalhos pesquisados, percebemos que elas precisam autoafirmar suas identidades femininas já questionadas pela cisheteronormatividade, mesmo que tenham que tenham que ficar “aprisionadas” a uma repetição rígida de normas gênero. É como se o preço a pagar para serem reconhecidas como femininas fosse o de se submeter a uma relação desigual ao menos na divisão do trabalho doméstico.

De todo modo, os trabalhos acima sugerem que a ideia de que um gênero exige o exercício rígido de papéis para se sustentar como tal, parece encontrar uma ruptura em

relacionamentos gays. Cabe agora averiguar junto a esses casais como se dá a divisão do trabalho doméstico.

## 2 OBJETIVOS

Esse trabalho teve como **objetivo geral** investigar quais são os sentidos atribuídos por casais gays que moram juntos sobre a divisão do trabalho doméstico. Os **objetivos específicos** foram:

Verificar se os casais gays reproduzem modelos heterossexuais na divisão do trabalho doméstico, ou se outros fatores interferem na repartição das tarefas realizadas no âmbito doméstico.

## 3 MÉTODO

### 3.1 Abordagem

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes. Enquanto as pesquisas que usam uma abordagem quantitativa visam criar modelos abstratos ou descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, e são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a pesquisa qualitativa visa adentrar no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, e é necessário ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos pesquisadores.

### 3.2 Participantes

Foram entrevistados dois casais do Município de Araraquara – SP e um casal de Ribeirão Preto – SP, duas cidades do interior de São Paulo separadas por uma distância de aproximadamente 80 km. Todos os casais são formados somente por homens. Como critério de inclusão, os casais deveriam estar morando juntos há pelo menos dois anos, seja em situação de união estável ou de casamento civil.

O contato com os participantes aconteceu por meio de indicações e pelo oferecimento de um deles para contribuir com a pesquisa ao tomar conhecimento dela.

Pelo critério da Fundação Getúlio Vargas que utiliza a renda bruta da família como forma de indicar a classe social, nossos participantes são da classe C <sup>13</sup> por possuírem renda bruta de 3000 a 5000 reais. Maiores detalhes sobre a renda de casal se encontram na apresentação de nossos participantes no item 4.1.

A identidade dos sujeitos participantes da pesquisa foi ocultada. Para nos referirmos a eles, optamos por chamá-los por nomes de super-heróis LGBTQI+ da editora Marvel. Na época das entrevistas, os participantes foram informados de que seus nomes seriam ocultados desse modo. Demonstraram surpresa ao saber da existência de heróis LGBTQI+ da Marvel, reação comum ao público que não acompanha as publicações em quadrinhos. Assim, cada participante de cada casal foi nomeado da seguinte forma: Casal 1: Hulkling e Wiccano; Casal 2: Daken e Deadpool; e Casal 3: Rictor e Shatterstar.

Segue abaixo a imagem dos personagens LGBTQI+ da Marvel mencionados acima:



Foto 1: Wiccano, fonte: Google

---

<sup>13</sup> <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>

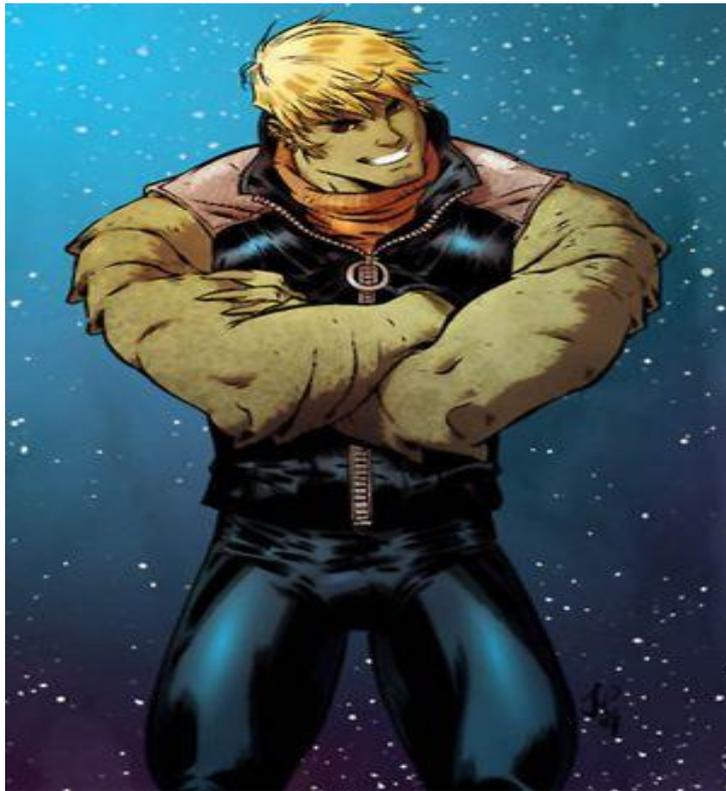


Foto 2: Hulkling, fonte: Google



Foto 3: Daken, fonte: Google



Foto 4: Deadpool, fonte: Google



Foto 5: Shatterstar, fonte: Google



Foto 6: Rictor, fonte: Google

### **3.3 Instrumentos**

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro adaptado da pesquisa de Jablonski (2010) como instrumentos para a coleta de dados (Apêndice B). Segundo Tavares (2000), as entrevistas semiestruturadas contam com um entrevistador que tem objetivos claros de quais informações são necessárias para atingi-los, de como essas informações devem ser obtidas, podendo alternar, durante a entrevista, entre perguntas sugeridas ou padronizadas, quando ou em que sequência isso deve ocorrer, em que condições devem ser investigadas e como devem ser consideradas, utilizando os critérios de avaliação. Esse tipo de entrevista garante a obtenção das informações necessárias de modo padronizado, aumentando a confiabilidade ou a fidedignidade das informações obtidas, permitindo, dessa forma, a criação de um banco de dados úteis à pesquisa.

Além disso, tal modelo de entrevista tem relativa flexibilidade, pois não precisa seguir a ordem prevista no roteiro e podem ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista. Uma de suas principais vantagens está na possibilidade de acesso à informação além do que se listou no roteiro, permitindo, por exemplo, aprofundamento nas questões abordadas. Também como vantagem, está a melhor percepção de mudanças ou diferenças individuais, mais diversificação na abordagem dos tópicos, maior individualização na comunicação e maior adaptação da entrevista ao entrevistado. (Tavares, 2000).

Também foi utilizado um diário de campo que é, segundo Minayo (2018, p. 65), “um caderninho, uma caderneta ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades”. As impressões do pesquisador e informações dadas pelos entrevistados foram anotadas no diário de campo e utilizadas na análise qualitativa, quando necessário.

### **3.4 Coleta e análise de Dados**

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em locais e horários compatíveis com a disponibilidade de cada casal. O entrevistador se encontrou com os casais em horários e locais combinados, como a residência ou local de trabalho. Após a assinatura dos termos de consentimento, cada cônjuge foi entrevistado separadamente em ambiente reservado enquanto o outro aguardava sua vez. A intenção ao entrevista-los separadamente

era de que houvesse espaço para a emergência de contradições. Todavia, não foi o que ocorreu. Cada entrevista foi gravada e transcrita na íntegra, variando de 15 a 30 minutos.

Para a análise dos dados foi realizada uma Análise Temática de Conteúdo de Bardin (2016), seguindo especificamente a trajetória de análise proposta por Gomes (2018). Na Análise Temática de Conteúdo, segundo Gomes (2018, p. 78), “o conceito central é o tema. Esse comporta um feixe de relações e pode ser gradativamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo”.

Na primeira fase da trajetória de análise proposta por Gomes (2018), inicialmente procura-se:

(...) fazer uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado, de forma exaustiva. Trata-se de uma leitura de primeiro plano para atingirmos níveis mais profundos. Nesse momento, deixamo-nos impregnar pelo conteúdo do material. Através dessa leitura buscamos: (a) ter uma visão de conjunto; (b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e interpretação do material; (d) escolher formas de classificação inicial; (e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise. (p.82-83).

Na segunda etapa, ainda segundo Gomes (2018) é realizada a exploração do material e a análise propriamente dita. Nesse momento busca-se:

(...) (a) distribuir trechos, frases ou fragmentos de cada texto de análise pelo esquema de classificação inicial (escolhido na primeira etapa); (b) fazer uma leitura dialogando com as partes do texto de análise, em cada classe (parte do esquema); (c) identificar, através de inferências, os *núcleos de sentidos* apontados pelas partes do texto em cada classe do esquema de classificação; (d) dialogar os *núcleos de sentido* com os pressupostos iniciais e, se necessário, realizar outros pressupostos; (e) analisar os diferentes núcleos de sentido presentes nas várias classes do esquema de classificação para buscarmos temáticas mais amplas ou eixos em torno dos quais possam ser discutidas as diferentes partes dos textos analisados; (f) reagrupar as partes dos textos por temas encontrados; (g) elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com o(s) conceito (s)

que orienta(m) a análise. Nessa redação podemos entremear partes dos textos de análise com nossas conclusões, dados de outros estudos e conceitos teóricos. (p.83).

Na etapa final, foi elaborada uma síntese interpretativa por meio de uma redação que permita um diálogo dos temas com os objetivos, questões e pressupostos da pesquisa.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Apresentando nossos heróis**

O casal 1, Hulkling e Wiccano, mora em Ribeirão Preto – SP e estão juntos há 10 anos, sendo casados no civil e morando no mesmo apartamento há pelos 4 anos. A renda média do casal à época era em torno de 4 mil reais. Hulkling tinha dois empregos, sendo, portanto, aquele que mais contribuía com a renda da casa. A entrevista foi realizada no apartamento no qual moram.

O casal 2, Daken e Deadpool, reside no município de Araraquara – SP e trabalha junto em um salão de beleza. A renda média do casal é em torno de 5 mil reais por mês, sendo Daken aquele que mais contribui com a renda. O casal tem 9 anos de relacionamento e é casado no civil. A entrevista foi realizada no salão do casal durante o horário de almoço de ambos. O casal 3, Rictor e Shatterstar, mora em Araraquara – SP e moram juntos em torno de 15 anos em regime de união estável. Os dois cônjuges trabalham em uma loja do próprio casal, vendendo produtos artesanais e utilizando os fundos da casa como moradia. A renda média do casal é instável por serem autônomos. À época da entrevista ganhavam em torno de 3 mil reais mensais. Ambos chegam a trabalhar em média de 10 a 12 horas por dia. O casal cedeu a entrevista na própria loja onde trabalham.

A seguir, trazemos as informações sobre cada cônjuge, assim como as impressões do pesquisador sobre eles anotadas no diário de campo. Nomearemos cada entrevista de acordo com os significantes mais recorrentes nelas.

#### **4.1.1 Hulkling: Insatisfação**

Hulkling tem 36 anos, atualmente trabalha como contador e na época da entrevista também era síndico do condomínio onde o casal morava. Alegou que precisava dos dois empregos devido ao fato de o casal ter feito muitas dívidas. Possui curso superior em

licenciatura em Ciências, mas não atua na área. Mostra-se o membro mais extrovertido do casal, alguns trejeitos femininos e uma voz levemente fina que é próxima daquela considerada feminina em nossa sociedade. No entanto, tem uma aparência física mais rústica e um pouco acima do peso. Após a entrevista, Hulkling relata informalmente que as pessoas costumam deduzir que ele é o passivo sexualmente na relação com seu companheiro por conta desse estereótipo e por ser aquele que mais cuida da casa, sendo que, na verdade, é exclusivamente ativo. Durante sua entrevista, seus relatos apontam para cansaço e insatisfação na execução do trabalho doméstico, principalmente por ter que ficar chamando a atenção do marido para participar das tarefas.

#### **4.1.2 Wiccano: Preguiça**

Wiccano tem 38 anos e trabalha como analista financeiro. Comparado ao parceiro Hulkling, é mais silencioso e com menos trejeitos. Seu tipo físico é próximo do de Hulkling estando um pouco acima do peso, mas sendo mais musculoso nos braços e menos rústico. Possui um tom de voz baixo e perto daquilo que é considerado masculino no senso comum. Foi extremamente articulado e conciso durante o contato com o pesquisador, com alguns momentos de descontração. Durante seu relato o significativo que mais norteava suas respostas em relação ao trabalho doméstico era a preguiça e o cansaço.

#### **4.1.3 Deadpool: Homens cozinham**

Deadpool tem 34 anos e é quem administra o salão onde ele e seu cônjuge trabalham, cuidando da parte financeira e dos funcionários. Além de trabalhar no salão, também atua como massoterapeuta. Deadpool possui curso superior em administração e atualmente cursa fisioterapia. Deadpool é o mais extrovertido do casal e possui poucos trejeitos femininos. Seu tipo físico é magro com uma leve barriga. Sua voz é mais firme e próxima do que seria esperado de um homem heterossexual na nossa cultura. Durante a entrevista se mostrou direto e conciso nas respostas com alguns momentos de descontração. O tema de comida e cozinha apareceu constantemente em suas respostas assim como o fato de ele ser aquele que mais se encarregava da função de cozinhar. Sexualmente, Deadpool se declara como aquele que costuma ser mais passivo durante as relações sexuais com seu cônjuge, embora afirme que os dois flexibilizam as posições com alguma frequência nos últimos tempos.

#### **4.1.4 Daken: Pragmático**

Daken tem 37 anos, atualmente é cabeleireiro no salão onde trabalha com Deadpool e está cursando Psicologia. Em relação ao seu cônjuge, se mostra menos extrovertido e um pouco mais sério. Além disso, Daken possui mais trejeitos comumente associados a homens afeminados do que Deadpool. Durante a entrevista, se mostrou ainda mais objetivo e conciso nas respostas do que seu cônjuge. Suas atitudes em relação ao trabalho doméstico, segundo seu relato, se mostraram permeadas por pragmatismo e objetividade. Nas relações sexuais, declarou ser o mais ativo, embora, assim como relatou seu cônjuge, estejam flexibilizando mais as posições recentemente. Após a entrevista, disse que após alguns desentendimentos e se reconciliar com seu cônjuge, com algumas conversas decidiram por flexibilizar mais as posições sexuais como parte do processo da reconciliação. Alegou que a relação melhorou bastante depois disso.

#### **4.1.5 Shatterstar: Nós somos um**

Shatterstar tem 49 anos de idade e trabalha junto com o cônjuge na loja de ambos como artista plástico. É extremamente falante, extrovertido e agitado. Tem porte físico magro e se movimentava rapidamente enquanto organizava o local reservado para a entrevista. Shatterstar nasceu na Argentina e possui curso superior de Ótica, faculdade inexistente aqui no Brasil. Possui sotaque e um tom de voz considerado masculino pelo senso comum. Os significantes que se mostraram presentes em toda a sua entrevista sugeriam uma fusão emocional com seu cônjuge ressaltava constantemente que faziam tudo juntos e que eram uma equipe. Sexualmente, relatou que flexibilizam as posições sexuais com frequência, embora seja mais passivo nas relações sexuais.

#### **4.1.6 Rictor: Eu faço, mas...**

Rictor tem 52 anos e trabalha junto de seu cônjuge na loja como artesão. Rictor demonstrou ser mais reservado e menos falante que Shatterstar. Possuía alguns trejeitos e um tom de voz que poderia ser considerado menos masculino pelo senso comum, embora sua postura corporal fosse mais máscula que a de Shatterstar. Antes da entrevista deu respostas mais curtas e objetivas ao pesquisador embora sempre educado e receptivo. Suas respostas na entrevista foram dominadas pela temática da necessidade de fazer as tarefas domésticas,

embora tivesse vontade de não as fazer se fosse possível. Nas relações sexuais, relatou ser aquele que faz mais a posição de ativo.

## 4.2 CATEGORIAS TEMÁTICAS EMERGENTES

Após uma leitura e exploração do material foram elaboradas as seguintes temáticas:

- Divisão das tarefas cotidianas em função do companheirismo
- Realização das tarefas diárias por necessidade
- Atividades e papéis reproduzidos a partir dos modelos das famílias de origem

### 4.2.1 Divisão de tarefas cotidianas em função do companheirismo

Daken relata que ele e seu cônjuge fazem juntos as tarefas, não havendo divisão fixa na maioria delas, embora reconheça que Deadpool as faz mais. Relata que toma para si a obrigação de limpar a cozinha por ter um cachorro que fica nela. Também relata que delega para Deadpool a parte de fazer compras porque não gosta dessa tarefa. Não há em suas respostas nada que sugira um conflito na forma como organizam as tarefas. Deadpool, assim como Daken, também relata um compartilhamento das tarefas sem uma divisão rígida e estereotipada. A execução das tarefas ocorre conforme cada cônjuge começa a fazer as atividades sem qualquer conflito. Deadpool, assim como seu cônjuge, tem consciência de que faz mais tarefas na relação, mas também não aponta isso como fonte de conflito. Alega que detesta limpar a cozinha, o que vai de encontro à afirmação de Daken que relatou que limpa mais a cozinha.

*Digamos, em casa se ele faz a comida, eu lavo a louça. Mesma coisa o contrário, se eu faço a comida ele lava a louça. Na casa, como eu tenho um cachorro, eu fico com a cozinha que é parte onde tem a fraldinha dele. Então eu fico com a cozinha que é a parte que tem que lavar mais. Enquanto isso ele vai limpando o apartamento que é pequeno. Então a gente acaba tendo quase que o mesmo tempo juntos assim. O Deadpool cuida mais da roupa, abastecer a casa. E também os reparos. Comprar, fazer compras é ele. Eu não gosto (risos). (Daken).*

*Os dois é tudo. Se eu comecei a limpar a cozinha por exemplo, ele começa pelos quartos. E vice-versa. Se eu começo a limpar a sala ele vai pra cozinha. A gente não tem uma divisão específica. Quando eu tô mais afim de fazer alguma coisa e começo a fazer... quem começa primeiro escolhe o que vai fazer e quem sobrou acaba pegando o que ficou (risos). Eu escolho o resto da sala. Banheiro, sala. Cozinha eu não gosto muito de limpar. Quando ele pega primeiro, ele escolhe os quartos (risos). Quando eu pego primeiro começo nos quartos. Sem discussão nem nada, se ele vê que eu peguei primeiro ele que começa a fazer outras coisas. Cozinhar e lavar a roupa sou eu. De vez em quando ele tá muito inspirado e recebe o espírito santo ele faz isso (risos). Mas geralmente sou eu quem faz. Quem paga as contas é mais eu, porque eu fico mais na rua. Mas quando precisa, ele faz. A parte de reparos normalmente sou eu. (Deadpool).*

Rictor relata que não há uma divisão fixa de tarefas e que a execução de uma ou outra tarefa por ele e seu cônjuge depende do humor de cada um no momento, não havendo em seu relato evidências de conflitos em razão disso. Ele aponta que seu cônjuge muitas vezes toma a frente nas tarefas e acaba fazendo mais do que ele, na maioria das vezes por ter mais facilidade que ele como em subir um telhado, ser mais rápido ou não ter fobia de subir escada. Shatterstar ressalta ao longo de sua entrevista uma ideia de como ele e seu cônjuge são parceiros em tudo. Sua fala sugere uma fusão emocional com o cônjuge conforme ele relata ao falar de uma simbiose na relação. Ele tem consciência, assim como Rictor, que há momentos em que ele faz mais as tarefas, mas também não há em seus relatos evidências de que isso seja fonte de algum conflito.

*Tem coisas que não gosto muito. Hoje eu lavei roupa, outro dia ele lava. Louça tem dia que eu lavo e ele lava. Os dois cozinham. Eu vou fazer alguma coisa e ele já põe a mão e eu deixo ele fazer. Ele toma a frente ansioso e eu deixo fazer. Mas tipo assim, passar um espanador na loja, faz tempo que eu não faço isso, ele já faz mais essa função. Depende do dia. Depende do humor. Lavar o banheiro, os dois lavam. Mas não tem aquela coisa. Você faz supermercado, você isso... dividir não tem. Cozinhar eu adoro. Lavar louça eu seguro de boa. (Rictor).*

(...) *Ele vai ao supermercado quando lembra que tá faltando café. Ele anda mais rápido. Eu falo que ele é o Perna longa. (risos). Ele anda mais rápido. Já teve época de rua, ir abastecer a casa. Principalmente quando minha mãe era viva. A gente fazia carrinho, cozinhava. Pagamento é os dois, mas tem coisa que eu passo pra ele. Eu não subo escada, tenho fobia. Ele parece macaco. Sobe no telhado. Assim se tiver que trocar uma lâmpada, eu troco, mas se tiver que tirar um lustre já começo a tremer na escada. Conserto também, os dois na verdade. (Rictor).*

(...) *Somos seres únicos com pensamentos, mas antes de tudo tem que ter uma... ahh... simbiose! É... pra nosso caso é bastante difícil, porque a gente acorda junto, trabalha junto, faz tarefas domésticas juntos. São 24 horas por dia que a gente tá junto (...). (Shatterstar).*

*Tudo compartilhado. Tudo depende do momento. Às vezes ele tem que sair, eu fico um pouco mais cuidando de outras coisas. Mais coisas. E às vezes sobra mais pra ele. Não tem isso. Não tem eu cuido da louça e você que lava roupa. Eu limpo o banheiro e você limpa a sala. Não tem essa. (Shatterstar).*

*A gente é equipe, sabe? A gente limpa pra poder produzir e trabalhar tranquilo. Se você for analisar a gente faz tudo junto. É faxineira, é limpar a casa, cuidar da roupa, atende. Tá com um sorriso. Na loja 80% de tudo é a gente que produz. Então tudo isso funciona muito bem. Não tem uma pessoa que deixa tudo em ordem, atende... (Shatterstar).*

(...) *Às vezes uma tarefa eu faço um pouco mais, porque sou mais rápido fazendo. Não tem essa que me incomoda, que quero fazer. Não tenho isso. Geralmente eu costumo fazer mais a frente enquanto ele fica mais no fundo, lava a louça e faz o café da manhã. Vai organizando tudo. Ele varre o quintal que ele gosta mais, cuida das plantas. Mas não é nada que ele faça que queira fazer no lugar fazendo (sic). Não tem essa coisa, tudo é compartilhado. O máximo que vai acontecer é “hoje não tô com saco pra fazer isso” então vai você, mas sempre é tudo dividido. (Shatterstar).*

Wiccano relata um compartilhamento das tarefas com seu cônjuge, onde ambos as realizam alternando a frequência na execução delas. O banheiro, segundo ele, é normalmente sua responsabilidade. A alimentação normalmente é responsabilidade de Hulkling, seu cônjuge. Hulkling confirma algumas informações dadas por Wiccano no que diz respeito ao fato de o banheiro ser na maioria das vezes responsabilidade deste assim como por ser mais responsável pela alimentação do cônjuge. Mas relata que o restante das tarefas da casa costuma ser mais responsabilidade sua, ao contrário do que sugere Wiccano que inflaciona mais sua própria participação nas tarefas. Hulkling também sugere que a execução das tarefas também é eventualmente fonte de alguns conflitos.

*(...) Final de semana no sábado, a gente normalmente limpa o apartamento. Ficou o banheiro como responsabilidade totalmente minha e o restante da casa, às vezes, eu aspiro e passo pano. Às vezes ele limpa tudo sozinho, às vezes eu limpo tudo sozinho. (Wiccano).*

*(...) Ele é responsável por cozinhar uma vez por semana, pra mim fazer... pra mim poder separar a comida que eu vou levar para o serviço. Então ele faz o arroz, normalmente o feijão e alguma carne. Salada essas coisas normalmente sou eu. É... banheiro normalmente é responsabilidade minha. Como eu estava falando, banheiro normalmente é responsabilidade minha, agora a limpeza da casa fica os dois. Tem sábado... só de sábado que a gente limpa... tem sábado que ele limpa os outros cômodos sozinho. Tem sábado que sou eu que limpo. Tem uns que um aspira e outro passa pano, um tira o pó dos móveis e dos bibelôs e o outro vai aspirando. Então assim... Roupa normalmente sou eu quem lavo e ele quem tira da máquina e estende, mas tem vez que ele lava e eu que estendo. Super mercado a gente faz junto. (Wiccano).*

*(...) nós tínhamos combinado da seguinte forma, eu não gosto de limpar banheiro. Ele fica com a parte do banheiro e eu limpo a casa e faço a comida. Mas de vez em quando, a gente dá umas tretadas, vamos dizer assim. Porque nem sempre também eu tô disposto pra limpar a casa. Às vezes eu peço pra ele me ajudar, aí a gente troca tipo, dá uma trocada na tarefa, por exemplo, hoje eu pedi pra ele limpar a casa, porque a semana passada eu limpei, semana passada ele não limpou o*

*banheiro. Hoje ele limpou a casa e o banheiro. Semana que vem eu limpo a casa. Mas assim, eu que faço a co... é que eu não almoço em casa. E eu não janto, eu belisco algumas coisas. Então a alimentação em si, eu faço pra ele. Então bem dizer almoço e janta é só pra ele. Ele janta na casa da mãe dele, mas ele acaba beliscando alguma coisa aqui, mas o almoço que ele leva no serviço sou eu que faço.* (Hulkling).

Nessa categoria os relatos apontam para um companheirismo na execução das tarefas domésticas. Os cônjuges fazem os trabalhos juntos sem uma atribuição fixa de papéis em determinada tarefa. Em determinadas ocasiões um pode fazer mais que o outro dependendo do tempo e disposição para realizá-las. Em outras tarefas quando um cônjuge demonstra desprazer em realizá-la, o outro a assume. Porém, embora não demonstrem prazer nessas tarefas em específico, podem por ventura fazê-las, dependendo das circunstâncias, podem até mesmo "tretar", mas nunca usarão o argumento de que se trata de uma obrigação "natural" do outro, já que a divisão não é baseada em gênero. Esses relatos corroboram com a pesquisa de Nico e Rodrigues (2011) com casais gays sobre uma atribuição de papéis não estereotipada com base no gênero, tal como é vista em casais heterossexuais, assim como na prevalência do critério de prazer e desprazer na execução constante de determinada tarefa.

Isso sugere que os papéis de gênero que costumam ser associados ao homem e à mulher encontram nos casais gays entrevistados para nossa pesquisa uma ruptura, uma vez que não há cônjuges que façam tarefas de acordo com algum estereótipo de gênero. Outro ponto a considerar é que as posições sexuais como ativo, passivo ou relativo não indicam também uma atribuição estereotipada de papéis de gênero, tal como ocorre em uniões de algumas travestis e mulheres transexuais com homens cisgênero, conforme apontam as pesquisas de Bruns e Agreli (2015) e Pelúcio (2006). Lembremos, como postula Butler (1990/2017), que a identidade de gênero é tenuamente constituída no tempo. Desse modo, tanto as posições sexuais quanto a atribuições de papéis no trabalho doméstico buscam produzir essas identidades. Como apontam Lomando e Nardi (2013), as travestis e as mulheres transexuais em relações heterossexuais fazem de suas relações campos de batalha identitários prendendo seus cônjuges a normas rígidas de gênero, das quais o trabalho doméstico faz parte e produz o masculino e feminino.

No que diz respeito aos nossos entrevistados, tal necessidade de autoafirmação de suas identidades masculinas por meio de posições sexuais ou de papéis estereotipados de gênero no trabalho doméstico, não se faz presente nas respostas para a nossa pesquisa.

Por que há companheirismo? Arriscamos dizer que, talvez, justamente por não haver estereótipos de gênero, não há obrigações de gênero. Por não haver essas obrigações, os casais podem se permitir negociar as tarefas de acordo com o gosto pessoal, afinidade, competência, etc.

Uma vez que não há obrigação de cumprir papéis pré-determinados como em uma relação heterossexual, esses homens podem se permitir expressar e fazer coisas que um casal de homem e mulher dificilmente expressariam e fariam. Por exemplo, Rictor relata que tem medo de altura e por isso evita subir em uma escada. Será que um homem heterossexual poderia dizer isso tranquilamente na relação com a sua esposa sem que o reconhecimento de sua identidade seja posto em xeque?

#### **4.2.2 Realização das tarefas domésticas por necessidade**

Rictor relata estar cansado e não gostar de realizar as tarefas, mas quando começa a fazê-las acaba “desencanando”. Também fala de como se irrita de quando precisou pagar alguém para fazer as tarefas e a pessoa não fazer direito o serviço, sendo necessário. Wiccano demonstra não ter muita vontade de fazer as tarefas e afirma ter muita preguiça para fazer as tarefas. Isso indica que só faz as tarefas domésticas em razão de necessidade. Ele também relata que tenta empurrar tarefas como as de lavar louça para outras pessoas como eventuais visitas.

*Várias coisas. Mas quando eu começo a fazer, eu desencano. Eu entro no... estou enjoado de passar lustra móvel... ele tem feito mais. Eu só vou com o dedinho depois. (risos). Chega uma hora que você cansa. Numa altura da vida que vem uma crise filha da puta que tu paga pra trabalhar. Entende? Que já era pra tu estar mais sossegado e aposentando. Eu tô cansado. Estou sem férias há quatro anos pelo menos. (Rictor).*

*(...) Eu fui morar sozinho muito cedo. Fui pra São Paulo com 17 pra 18 anos. Então aprendi a fazer de tudo. Ando muito sem paciência. Hoje já varri aqui, lavei louça. Não tem... gostar eu não gosto, mas me irrita muito... você paga uma*

*... pessoa pra fazer... a pessoa chega às 9 e quando é 13:00, a pessoa já tá indo embora. E quando você vai ver ela não fez porra nenhuma. Você tem que fazer. Entende? Custa caro. (risos). (Rictor).*

*Normalmente ele empurra as louças pra mim, mas se tiver visita em casa, eu tento empurrar pra visitas (risos). (Wiccano).*

*(...) eu sou muito preguiçoso e queria ficar esparramado no sofá assistindo televisão (risos). (Wiccano).*

Hulkling ressalta como ele e Wiccano só fazem as tarefas por absoluta necessidade. Isso fica evidente em sua fala sobre como gostaria de ter uma empregada doméstica para limpar a casa. Novamente fala de conflitos com Wiccano em razão deste ser mais lento para realizar as tarefas domésticas e por ter que ficar pedindo para ele as fazer. Relata cansaço e insatisfação com esse aspecto da relação de ambos. Chama a atenção também a flexão de gênero na palavra empregada, o que sugere que Hulkling repete a ideia de que o trabalho doméstico é uma atribuição feminina e não masculina, embora as realize em parceria de Wiccano.

*Não tem assim uma coisa que ele não faça. O problema é que tem que ficar pedindo. E assim, isso às vezes gera um desgaste. Porque ele... ele...ele não gosta muito de fazer tarefas domésticas. E às vezes acaba dando uma discussão entre ele e eu por conta disso. Porque assim, eu sei que é ruim porque a gente trabalha a semana toda fora. Mas a casa fica suja. A gente tem o cachorro dentro de casa no apartamento. Então precisa limpar. Só que tem vez que ele tá muito cansado e eu tô muito cansado. E a gente acaba até protelando, mas aí chega a hora pra limpar, e ele enrola e onde meio que eu me irrita com a situação. Porque assim, eu limpo muito rápido, vamos supor eu gasto uma hora e meia pra limpar a casa, exceto tirando o banheiro que eu não limpo. E ele... tipo assim, ele... leva o dia inteiro. Fala que limpa no tempo dele. Entendeu. E isso acaba até gerando um stress, porque precisa sair, tem compromisso, e acaba atrasando tudo. Mas é mais essa questão. Fora isso não tem nada assim que ele não faça. Ele faz, mas tem que pedir, tem que ficar nessa questão. (Hulkling).*

*O que eu faço, mas não gostaria de fazer? Ahhh, limpar a casa (risos), porque eu queria ter uma empregada pra limpar a casa. Porque a semana inteira fica fora, você trabalha, é desgastante, você chega no final de semana, você quer descansar, ter seu momento de lazer, só que você tem uma casa pra limpar. O apartamento não é grande, mas acaba levando um tempo e isso é cansativo querendo ou não. C- cansa. E é o seu momento de lazer. (Hulkling).*

Nessa categoria fica evidente nos relatos de alguns cônjuges que a execução das tarefas ocorre por absoluta necessidade dos entrevistados e não por um gosto em fazê-las. Isso é claro no caso de Hulkling que relatou ter o desejo de ter uma empregada para limpar sua casa. Podemos destacar nesse caso a questão de classe social, pois Hulkling relatou que possui dois empregos para colocar as contas de casa em ordem uma vez que o casal adquiriu muitas dívidas, o que indica que não sobrar dinheiro para a contratação de uma empregada.

Nico e Rodrigues (2011) apontam em sua pesquisa que os casais gays tendem a recorrer mais a ajuda externa para as tarefas (como empregadas domésticas) do que os casais lésbicos. Mas os casais gays entrevistados pelas autoras tinham condições para isso, o que não é caso de Hulkling e Wicciano na época da entrevista. Rictor também relata já ter tido empregada, mas no seu caso, além da atual questão financeira, há também o fato de se sentir irritado por contratar alguém para fazer o serviço e este sair mal feito. Há novamente a ausência de indicativos de que esses casais fazem as tarefas por prazer assim como não há evidências de estereotipia de gênero nessa categoria acerca do trabalho doméstico realizado por esses casais.

#### **4.2.3 Atividades e papéis reproduzidos a partir de modelos das famílias de origem**

Nessa categoria podemos observar dois aspectos: o modelo de família de origem dos entrevistados em relação às atividades domésticas e sua influência e, ainda, as identificações com um dos genitores quanto à realização de tarefas domésticas, marcadas pelo gênero.

Existem diferenças claras entre as famílias de origem dos três casais entrevistados quanto à divisão de tarefas domésticas. Vemos, primeiramente, no caso de Daken uma participação das crianças nas atividades da casa. O pai e a mãe trabalhavam o dia todo fora. A mãe de noite geralmente cuidava apenas do que faltava.

(...) Ah, minha mãe era pedagoga. (...). Em casa ela cuidava de tudo. Comida, ela que colocava. No Nordeste é diferente de São Paulo. No Nordeste, a mãe que põe no prato, na mesa. A mãe que dita as regras. A mãe mandava ajeitar o quarto, levantar e ajeitar a cama, rezar antes de dormir. Então é diferente. É o costume. A cultura é diferente daqui. A divisão de tarefas é assim. Família de 3 irmãos, a minha irmã é mais velha e ela limpava, varria a casa. Minha mãe dava aula e a noite estudava na pós dela. De dia quem cuidava de mim era a minha irmã. Mas minha irmã também deixava o sol brincando. Eu cuidava do meu irmão que era mais novo e ela cuidava de mim que era do meio. Meu pai também trabalhava. A maioria das contas era ele quem pagava. Ele trabalhava também o dia inteiro e a noite a gente tirava pra ficar até às nove horas juntos, comendo na mesa juntos. Ele priorizava isso. Já tinha feito todo o serviço de casa. Minha mãe chegava do trabalho a noite e às vezes dava uma organizada no que faltava, mas sempre todos na casa contribuía com a organização. Não era nada assim de folga. Era... todo mundo fazia. Desde pequenininho todo mundo aprendeu que desde pequeno aprendendo a fazer as coisas. (Daken).

Daken relata sobre como na sua visão a cultura no nordeste é diferente no que tange ao trabalho doméstico. Seu pai era o provedor e mesmo que sua mãe trabalhasse fora, era a responsável pela gestão das tarefas domésticas. Essa observação de Daken parece ir de encontro ao que foi apontado por Sousa e Guedes (2016) sobre o nordeste ser a região com menos adesão masculina ao trabalho doméstico em uniões heterossexuais, apesar de haver um pequeno aumento dessa participação nos últimos anos. No entanto, no caso da família de Daken, todos os filhos foram ensinados a ajudar nas tarefas de casa, independentemente de seu gênero.

Na família de Deadpool, ao contrário do que se espera de famílias com divisão tradicional das tarefas domésticas, na questão da cozinha, a situação era diferente:

*Minha mãe cozinhava muito mal. Então meu pai cozinhava. Aliás, na verdade na minha família inteira quem cozinha é o homem. Ele ajudava pouco em casa porque trabalhava 12 horas por dia. Todos os dias. Era enfermeiro. Minha mãe fazia um pouco mais os serviços em casa, mas quando meu pai estava em casa a ajudava ativamente. (Deadpool).*

Wiccano e Hulkling relatam que suas mães eram as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto as figuras paternas quase nada faziam.

Wiccano relata que em sua família a mãe fazia todo o trabalho de casa e seu pai não ajudava em nada. Os filhos do sexo masculino não ajudavam em casa. Isso só mudou quando a mãe começou a trabalhar fora e ela exigiu dos filhos homens, já adolescentes, que ajudassem em casa. Wiccano atribui sua preguiça e de seu cônjuge ao fato das mães de ambos fazerem todas as tarefas em casa durante a sua criação.

*Não havia divisão de tarefas domésticas. Tudo era feito pela minha mãe... ah... limpeza da casa, refeições, cuidado das roupas. Além disso, ela prestava serviço a terceiros, lavando e passando roupas pra fora. Nos finais de semana, minha irmã, que também trabalhava pra fora, ajudava na faxina. Meu pai tinha o serviço secular dele, e não ajudava nas tarefas domésticas. Inicialmente, também não era exigido dos filhos do sexo masculino a realização das tarefas domésticas. Quando minha mãe começou a trabalhar de empregada doméstica, ela dizia pra nós varrermos a casa e passar um pano. Já éramos adolescentes nessa época. Ela continuava a cuidar das roupas, refeições e louças. E a faxina pesada no final de semana, com a ajuda da minha irmã, que nessa época trabalhava de dia e estudava a noite. (Wiccano).*

*É porque os dois vieram de família que a mãe fazia tudo, então as vezes fica aquela preguiça (...). (Wiccano).*

A mãe de Hulkling era a responsável pela quase totalidade das tarefas na família. No entanto, quando necessário o pai se encarregou da alimentação dos filhos mesmo não sabendo cozinhar bem. A questão da alimentação é presente em relatos anteriores de Hulkling quando esse diz que é o responsável pela alimentação de Wiccano, não dando tanta atenção para a sua própria alimentação.

*A divisão de tarefas entre meus pais funcionava assim: minha mãe cuidava da casa e da comida, porque meu pai não sabe cozinhar. E ele limpava a parte externa da casa... é... quintal... quando ele estava em casa. E quando minha mãe fez uma cirurgia e teve que ficar de repouso, aí ele tentou fazer comida, mas era aquelas coisas bem básicas. Mas era mais lanche que ele fazia que a gente comia.*

*Algumas coisinhas diferentes, a gente comia era mais lanche, porque comida, comida mesmo ele não sabia fazer. Basicamente quem cuidava das tarefas diárias era a minha mãe. Meu pai trabalhava o dia inteiro fora e às vezes viajava. (Hulkling).*

A família de ambos são as que mais se aproximam do modelo familiar tradicional. Se observarmos as categorias anteriores, Hulkling relata sobrecarga e desgaste com a forma como ele e Wiccano organizam as tarefas domésticas, chegando a gerar algum atrito entre os dois. Os relatos dos dois condizem com a pesquisa de Villas-Boas, Oliveira e Heras (2014) em que é apontado que rapazes oriundos de famílias em que há uma divisão do trabalho doméstico tradicional pautada no gênero, tendem a ser mais desiguais na execução das tarefas domésticas. A pesquisa desses autores diz respeito a uniões heterossexuais, mas podemos notar que essa influência das famílias de origem em que a divisão das tarefas é desigual também pode influenciar casais gays como Hulkling e Wiccano. No caso deles, ainda existe a negociação na execução das tarefas domésticas, embora seja às vezes atravessada por eventuais conflitos, sem que o gênero seja usado como critério para a resolução de tais desentendimentos.

Por último, no casal Shatterstar-Rictor, existem diferenças entre as famílias de origem de ambos. A mãe de Shatterstar cuidava de tudo relacionado à casa. Seu pai ajudava um pouco em algumas tarefas quando podia.

*Meu pai trabalhava em fazenda e minha mãe era doméstica, dona de casa. Então minha mãe cuidava de tudo que era relacionado à casa, alimentação, faxina, comida, levar a filha na escola. Meu pai saía muito cedo pra trabalhar e só voltava de noite. Então ele não fazia tarefa doméstica. Às vezes ele ajudava a arrumar a louça, fazia uma comida que ele gostava, mas isso era mais difícil. (Shatterstar).*

Rictor relata que seu pai e sua mãe tinham uma dinâmica no trabalho doméstico muito diferente de famílias tradicionais. O pai fazia bastante tarefas quando estava presente e sua mãe não era especialmente preocupada com a casa. De uma forma geral, entende sua família como não sendo muito regrada em tarefas domésticas.

*(...) Mas minha mãe não ligava pra ficar cuidando de casa, lavando a roupa. Então meu pai gostava muito de cozinhar e as vezes que ele tava de férias, de folga,*

*ele fazia faxina também. Eles saiam toda noite. Minha mãe acordava 11 da manhã todo dia. Então não tinha muita regra. Não nasci numa família muito regrada em tarefas domésticas. Meu pai fazia bastante. Minha mãe não era exatamente dona de casa. (Rictor).*

No caso do casal Rictor-Shatterstar, cada família de origem é diferente no que tange o trabalho doméstico. A de Rictor é menos regrada, enquanto a de Shatterstar é mais próxima do modelo tradicional. Isso parece condizer com a forma como ambos organizam o trabalho doméstico. Shatterstar é mais dinâmico e ágil na execução das tarefas, enquanto Rictor demonstra menos questão de fazer as tarefas do que o cônjuge.

Vemos nos relatos de Wiccano e Deadpool, que a forma como organizam o trabalho doméstico condiz com como as figuras masculinas de suas famílias de origem realizavam as tarefas domésticas. Wiccano atribui sua preguiça ao fato de sua mãe fazer quase tudo em casa, enquanto Deadpool, cujo relato é atravessado pela questão da alimentação, vem de um contexto familiar onde todos os homens cozinham.

No caso de Daken, este relata que seus pais se organizam de forma tradicional no trabalho doméstico, mas na criação dos filhos todos, fossem meninos e meninas, ajudavam em casa. Em sua relação com Deadpool, as tarefas são organizadas sem uma divisão baseada no gênero e sem aparentes conflitos, mas admite que o cônjuge às vezes faz mais do que ele, embora ele deseje participar mais. Inclusive, em uma observação após a entrevista, comentou que Deadpool é mais organizado por vir de uma família em que o pai também era organizado. Parece haver um entrelaçamento entre a forma como foi criado, fazendo as tarefas domésticas, e como seus pais se organizavam nas mesmas.

Isso corrobora a ideia de uma herança generizada na atribuição de papéis conforme apontam Nico e Rodrigues (2011) e no apontamento de Lima et al.(2008) de que o trabalho doméstico funciona como uma estratégia de transmissão de valores. Mesmo que esses casais subvertam estereótipos de gênero, é possível notar como as identificações com o gênero de seus genitores assim como o aprendizado durante infância e adolescência ainda se fazem presentes na forma como organizam o trabalho doméstico em suas relações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura, o trabalho doméstico parece desempenhar junto com outros aspectos, como as posições sexuais, um papel importante na construção e na afirmação de uma identidade de gênero no regime cisheteronormativo. Mesmo com a mulher adentrando no mercado de trabalho durante as últimas décadas e o aumento da participação do homem no trabalho doméstico, ainda persiste a ideia de que ela é responsável pelo lar. A participação do homem nas tarefas ainda é vista por muitos como uma “ajuda” e também tende a ser menor que a da mulher, salvo algumas exceções.

Como mostrou o estudo de Ariès (1981), o trabalho doméstico não era visto na era medieval como algo degradante e sim como uma forma de aprendizado. Mais do que isso, em consonância com Lima et al. (2007), o trabalho doméstico tem como função transmitir valores. No contexto brasileiro, como sugeriu o ensaio de Silva, Loreto e Bifano (2017), o trabalho doméstico traz consigo elementos do período escravocrata que, em conjunto com sua associação ao feminino, é visto como algo humilhante e desvalorizado. Em nosso entendimento, mais do que ser associado ao feminino, o trabalho doméstico, ao longo do tempo, se tornou um dos meios pelos quais se busca a produção e afirmação das identidades de gênero. Acrescenta-se a isso, a produção da submissão do feminino pelo masculino.

Entendemos que a família, enquanto uma instituição que tem como função reproduzir a ideologia (Reis, 2016), tem no trabalho doméstico um instrumento para a própria produção das identidades de gênero de seus membros. Por isso ocorre o heteroterrorismo (Bento, 2011) de alguns pais e outros membros familiares quando, por exemplo, um menino ousa demonstrar gosto por brincar com bonecas e/ou lavar uma louça. Outras instituições como a mídia e a escola também tem atuado ao longo do tempo reforçando por meio de propagandas, representações em atrações televisivas, ilustrações em livros didáticos, etc, o papel do trabalho doméstico nessa produção.

A participação do trabalho doméstico na construção das identidades de gênero no regime cisheteronormativo é ainda mais evidente nas relações heterossexuais de travestis e mulheres transexuais com homens cisgêneros. As travestis e mulheres transexuais junto a esses homens tentam repetir, ao máximo, as normas de gênero tradicionais, pois como o reconhecimento de suas identidades de gênero é posto em xeque pelo regime cisheteronormativo, aspectos como o trabalho doméstico se tornam um meio de produção e autoafirmação identitária.

Mas como o levantamento bibliográfico e a nossa própria pesquisa com casais gays do interior do Estado de São Paulo apontou, a divisão tradicional do trabalho doméstico encontra uma ruptura em casais gays. Ao analisar as entrevistas fica evidente que esses casais não organizam as tarefas domésticas de acordo com os estereótipos que o regime cisheteronormativo atribui aos pares desse tipo de relação. Eles utilizam outros critérios para se organizar, sem que isso esteja necessariamente ligado ao seu gênero ou a posições sexuais que assumem em suas relações, tal como considera o senso comum. Assim, ao nos referirmos a casais gays, não faz sentido usar o termo “divisão do trabalho doméstico”, tal como ocorre nas relações heterossexuais com base no gênero de cada cônjuge, mas sim falar em “organização”, “gestão” ou “administração” do trabalho doméstico.

Se no caso dos casais heterossexuais, a execução desse trabalho é um dos meios pelos quais se produz e afirma o masculino e o feminino em uma posição assimétrica, essa atividade é organizada diferentemente em casais do mesmo sexo, uma vez que, nessas relações, os pares, sejam de homens ou de mulheres, são reconhecidos como iguais de direito e de fato.

As categorias encontradas em nossa pesquisa foram: divisão de tarefas cotidianas em função do companheirismo; realização das tarefas diárias por necessidades; e atividades e papéis reproduzidos a partir dos modelos das famílias de origem. Nessa última categoria encontramos resquícios de uma herança generizada em alguns casais ou ao menos em um dos membros do casal, que tende, por vezes, a reproduzir estereótipos de gênero na organização das tarefas domésticas.

Acreditamos que este trabalho pode contribuir para a área de ciências humanas e demais áreas interessadas na questão de gênero, na medida em que aponta como os papéis no trabalho doméstico atuam na construção do cenário social no regime cisheteronormativo, rejeitando também a ideia de que tais atribuições de papéis seriam consequência de um destino biológico.

Um importante limite identificado em nossa pesquisa diz respeito ao olhar do pesquisador que, até o exame de qualificação, era atravessado por um entendimento cisheteronormativo do exercício do trabalho doméstico. O próprio roteiro de perguntas de nosso trabalho partiu de tal entendimento, não questionando junto aos participantes o que entendiam por trabalho doméstico e qual o papel deste na construção de suas identidades no decorrer da vida e em suas relações conjugais. Isso fez com que este estudo se limitasse a

confirmar ou não os estereótipos que o regime cisheteronormativo atribui a esses casais. Além disso, ele se limitou a casais do interior paulista, não abrangendo eventuais variações culturais em função de diferenças geográficas.

Nesse sentido revisamos o roteiro de entrevista para aperfeiçoar o instrumento de pesquisa com o intuito de que ele possa ser usado em novas pesquisas desse campo (Apêndice C).

Sugerimos, então, que as perguntas sobre o que os casais gays entendem por trabalho doméstico e qual o papel deste na construção de suas identidades, assim como uma ampliação do estudo fiquem para um futuro estudo a ser realizado por este mesmo pesquisador ou outros interessados nessa temática.

Da mesma forma que Butler (1990/2017) desconstrói o gênero a partir dos seres abjetos, acreditamos que é possível desconstruir o trabalho doméstico - enquanto divisão naturalizada em função da diferença sexual presente em uma perspectiva cisheteronormativa - a partir dos casais abjetos. A investigação desses casais, ou simplesmente tomá-los como parâmetro para refletir sobre o trabalho doméstico, denuncia a desigualdade e a hierarquia de gênero nas conjugalidades cisheteronormativas que não enxergamos costumeiramente. Assim como o abjeto é expulso da sociedade, os casais abjetos também tendem a ser invisibilizados. Ao torná-los visíveis, como foi nossa intenção, vem ao primeiro plano a possibilidade de gestão, organização, companheirismo, prazer e necessidade como elementos principais da realização das tarefas domésticas. Obviamente isso não elimina as imitações e identificações aos modelos parentais. Ainda assim, seguindo o pensamento de Butler em relação à potência criativa de gênero presente nos seres abjetos, os casais abjetos nos mostram as possibilidades de transformação no dia-a-dia dos membros de um casal, para além dos engessamentos de gênero.

Partimos da hipótese inicial de que nos casais gays poderiam haver rupturas ou imitações do modelo tradicional de divisão do trabalho doméstico. O mais surpreendente foi encontrar que podem haver tanto identificações com figuras parentais em termos de uma performance tradicional nas tarefas domésticas, como também pode acontecer identificação com aquilo que é subversivo - ou seja, lugar de homem é na cozinha como demonstra o participante Deadpool, em cuja família de origem todas as figuras masculinas, sejam homossexuais ou heterossexuais, cozinham.

Nosso estudo nos deixa ainda uma indagação: como discutiu Butler (2003) sobre a questão da parentalidade, houve (e ainda há) disputas acerca do direito de casais não heterossexuais criarem crianças. Entre as preocupações acerca das crianças estava também a ideia de que era através delas que aconteceria a sobrevivência da cultura. Como Lima et al. (2007) disseram, rapazes criados em famílias heterossexuais, cujos pais dividiam as tarefas domésticas de forma mais igualitária tendiam a ser mais igualitários, em suas relações também heterossexuais. Se temos uma cultura androcêntrica e cisheteronormativa, que tem o trabalho doméstico como um dos mecanismos de produção da relação desigual entre masculino e feminino, como sujeitos criados por casais gays e lésbicos constroem suas identidades e realizam as tarefas domésticas em suas relações heterossexuais? Essa é uma pergunta para uma próxima pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Balheiro, F. F. (2018). “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53), e185306.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*, (21), 219-260.
- \_\_\_\_\_, J. (2017). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade* (14a ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_, J. (2017, novembro 21). Judith Butler escreve sobre sua teoria e o ataque sofrido no Brasil. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>
- Agreli, M. S. & Bruns, M. A. T. (2015). Um homem parceiro de uma mulher transexual: o sentido paradoxal atribuído à sua vivência. In: M. A. T. Bruns, C. Santos & C.R. Souza-Leite. *Violência, gênero e mídia*. (pp. 157- 179) Curitiba: CRV.
- Boarini, M. L. (2003). Refletindo sobre a nova e velha família. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 1-2.
- Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Revista Estudos Feministas*, 23(1), 137-150.

- Costa, J. F. (2004). *Ordem Médica e Norma familiar* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DeSouza, Eros, Baldwin, John R., & Rosa, Francisco Heitor da. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 485-496.
- Dias, M. B. (2003). *Homoafetividade: o que diz a justiça!: as pioneiras decisões do tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos as uniões homossexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Manual de direito das famílias* (10ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gabriel, Alice. (2011). Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 167-174.
- Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia*, 17(2), 553-567.
- Guimarães, M. G. V., & Petean, E. B. L. (2012). Carreira e Família: Divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 103-110.
- Gomes, R. (2018). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes & R. Gomes. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 72-95) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grossi, M. P. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis. 1-18.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275.
- Jacques, M. G. (1998). Identidade. In: Strey, M. N. et al (1998). *Psicologia Social*

- Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 159-167.
- Lago, M. C. S., Souza, C. D., Kaszubowski, E., & Soares, M. S. (2009). Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(44), 357-366.
- Lane, S. T. M. (1998). *O Que é psicologia social*. (Primeiros Passos, 39). São Paulo: Brasiliense.
- Lima, M. B. S., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Maluschke, J. B., Magalhães, C. M. C., & Cavalcante, L. I. C. (2008). Atividade doméstica e socialização: a visão de adolescentes de classes economicamente distintas. *Journal of Human Growth and Development*, 18(2), 189-200.
- Lomando, E., & Nardi, H. C. (2013). Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. *Saúde em Debate*, 37(98), 493-503.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. In: Louro, G. (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Luz, R. R., & Gonçalves, H. S. (2018). A Análise de Discurso em uma pesquisa sobre conjugalidades homossexuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 250-261.
- Maia, A. C. B. & Ribeiro, P. R. M. (2011). EDUCAÇÃO SEXUAL: PRINCÍPIOS PARA AÇÃO. *Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação*, v. 15, 41-51.
- Martins, E.S. (2010). *Os papéis Sociais na formação do Cenário Social e da Identidade*. Kínesis (Marília), v. 04, 40-52.
- Mead, M. (2015). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- Minayo, M. C. S. (2018). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F.

- Deslandes & R. Gomes. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2018). Trabalho de campo, contexto de observação e descoberta. In M. C. S. Minayo (Org.), S. F. Deslandes & R. Gomes. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 56-71) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, (28), 101-128.
- \_\_\_\_\_. (2014). Sexualidade e Orientação sexual. In Miskolci, R. (Org.). *Marcas da Diferença no Ensino escolar*. (pp. 79-111) São Carlos, SP: Edufscar.
- \_\_\_\_\_. (2017). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- \_\_\_\_\_, & Campana, Maximiliano. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.
- Moreno, J. L. (2016). *Psicodrama* (14a ed). São Paulo: Editora Cultrix.
- Moreno, M. (1999). *Como se ensina a ser menina - O sexismo na escola*. São Paulo: Unicamp.
- Nico, M., & Rodrigues, E. (2011). Organização do trabalho doméstico em casais do mesmo sexo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (65), 95-118.
- Nietzsche, F. (2008). *Aurora*. São Paulo: Escala.
- Oliveira, R. C. (2014). A hora do intervalo na TV: marcadores de gênero e sexualidade na publicidade e produzida em Belém/PA. *Revista do NUFEN*, 6(2), 28- 5033.
- Pelúcio, L. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 522-534.
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Falcão, L., & Pereira, A. S.. (2013). O papel de

- representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 79-89.
- Petry, A. R. (2015). Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36(2), 70-75.
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- \_\_\_\_\_. (2014). Gênero é um outro. In: L. S. Minella, G. O. Assis & S. B. Funck. (Org.). *Políticas e Fronteiras: Desafios Feministas*. (pp. 295-308) Tubarão: Editora Copiart.
- Pinho, P. S., & Araújo, T. M. (2012). Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 15(3), 560-572.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski. B. (1999). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M.. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 210-223.
- Reis, J. R. T. (2012). Família, emoção e ideologia. In: Lane, S. M. T. & Codo, W. G. *Psicologia Social: o homem em movimento* (14a ed., pp. 99-124). São Paulo: Brasiliense.
- Roudinesco, E. ; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sàez, J., & Carrascosa, S. (2016). *Pelo Cu: Políticas Anais*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento
- Salih, S. (2017). *Judith Butler e a teoria queer*. São Paulo: Editora Autêntica.
- Salomé, G. M., Espósito, V. H. C., & Moraes, A. L. H.. (2007). O significado de família para

- casais homossexuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5), 559-563.
- Santos, A. B., Shimizu, H. E. & Merchan-Hamann, E. (2014). Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, 4545-4554,.
- Santos, Y. G. S., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A.. (2013). Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-82.
- Silva, D. F., Loreto, M. D. S., & Bifano, A. C. S. (2017) . Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *CADERNOS DE DIREITO (UNIMEP)*, v.17, 409-438.
- Silva, G. W. S., Souza, E. F. L., Sena, R. C. F., Moura, I. B. L., Sobreira, M. V. S., & Miranda, F. A. N. (2016). Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2), e56407.
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139.
- Souza, M., & Prado, M. (2019). Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. *Revista Polis e Psique*. 9(2), 45 –66
- Tavares, M. (2000). A entrevista clínica. In: Cunha, J. A. (org). *Psicodiagnóstico* V (5a ed). Porto Alegre: Artmed. 45-56.
- Tombolato, M. A. *Desvelando a Família Monoparental* (2014). (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP, Brasil.
- Villas-Boas, S., Oliveira, C. S., & Heras, S. L. (2014). Tarefas domésticas e gênero:

representações de estudantes do ensino superior. *Ex aequo*, (30), 113-129.

Zauli, A. (2011). Famílias Homoafetivas no Brasil e no Canadá: um estudo transcultural sobre novas vivências de gênero e nos laços de parentesco. (Tese de Doutorado).

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Zibetti, M. L. T., & Pereira, S. R. (2010). Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. *Educar em Revista*, (spe2), 259-276.

Wheadow, J., & Cassaday, J. (2008). *Surpreendentes X-Men Volume 1 – Superdotados*. São Paulo: Panini Comics.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: “Lugar de homem é na cozinha - um estudo sobre os papéis desempenhados por casais gays no trabalho doméstico”. Essa pesquisa tem como objetivo investigar os papéis assumidos por cônjuges em uniões e casamentos homoafetivos no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico.
2. A pesquisa utiliza a metodologia qualitativa com entrevista semiestruturada. Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida por Marco Aurélio de Carvalho, sob orientação da Profa. Dr.<sup>a</sup> Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen.
3. O benefício da sua participação na pesquisa será contribuir para trazer maior compreensão sobre as famílias gays além de aprofundar a discussão sobre a divisão do trabalho doméstico.
4. Ao participar deste trabalho você se deparará com perguntas que podem oferecer riscos e desconfortos como o sentimento de constrangimento, seja ele de cunho emocional e/ou moral. Ademais, sentir-se ameaçada quanto à exposição direta ou indireta de sua privacidade, devido o teor das questões que abordam assuntos relacionados ao gênero e à sexualidade. Sendo assim, salienta-se que você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento se sentir-se desconfortável e/ou arrependida por ter aceitado participar sem sofrer nenhum tipo de penalidade. Sua decisão será respeitada.
5. Garantimos a indenização diante de eventuais danos causados a você pela participação nesta pesquisa.
6. A qualquer momento da realização desse estudo você poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários e poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo por parte da pesquisadora ou da instituição.
7. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados, e especificamente, nenhum nome, isto é, identificação de pessoas, tampouco locais serão divulgados. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.
8. A participação no estudo não acarretará custos para você, bem como nada será pago por sua participação e é garantido o ressarcimento, das possíveis despesas comprovadamente decorrentes da pesquisa.

9. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço de e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento no futuro.

**CAAE:** 88194218.5.0000.5398

---

Marco Aurélio de Carvalho  
Email: marco\_carvalho@outlook.com.br Tel: (16) 98209-5587

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

**Local e data:** \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ORIGINAL (APLICADO)**

- 1. Qual a sua idade?**
- 2. Como você apresenta seu cônjuge?**
- 3. Há quanto tempo você está junto com seu parceiro?**
- 4. Vocês são casados no civil ou estão em uma união estável?**
- 5. Qual seu grau de escolaridade?**
- 6. Onde você nasceu?**
- 7. Onde você cresceu?**
- 8. Qual a sua profissão?**
- 9. Quantas horas por dia você normalmente trabalha?**
- 10. Qual a renda média do casal?**
- 11. Qual dos dois contribui mais com a renda do casal?**
- 12. Na sua opinião, o que faz durar a convivência a dois?**
- 13. Quais as vantagens e as desvantagens em um relacionamento?**
- 14. Como funcionava a divisão de tarefas domésticas entre os seus pais?**
- 15. Vocês costumam sair juntos? Com que frequência?**
- 16. Que tipo de programa vocês costumam fazer juntos?**
- 17. Você sai sozinho? Se sim, o que você faz?**
- 18. Como você descreve o seu dia a dia?**
- 19. Vocês têm ajuda de alguém para as tarefas domésticas? De quem e de qual forma?**

**20. Quais as tarefas domésticas que cabem a você? E a seu marid@/espos@/companheir@? (abastecer a casa, cozinhar, limpar, cuidar da roupa, efetuar pagamentos, reparos, etc.)**

**21. O que você acha que seu marid@/espos@/companheir@ não faz e deveria fazer?**

**22. O que você faz e não gostaria de fazer? Por quê?**

**23. Há algo que seu marid@/espos@/companheir@ faz e que você gostaria de fazer no lugar dele/dela? Se sim, por quê?**

**24. Na vida sexual, vocês dois possuem uma posição definida como ativo, passivo ou versátil**

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS REVISTO****ROTEIRO DE ENTREVISTA CARVALHO-PORCHAT-2020 PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO EM CASAIS GAYS**

- 1. Qual a sua idade?**
- 2. Como você apresenta seu cônjuge?**
- 3. Há quanto tempo você está junto com seu parceiro?**
- 4. Vocês são casados no civil ou estão em uma união estável?**
- 5. Qual seu grau de escolaridade?**
- 6. Onde você nasceu?**
- 7. Onde você cresceu?**
- 8. Qual sua profissão?**
- 9. Quantas horas à sua atividade profissional?**
- 10. Qual a renda média do casal?**
- 11. Quanto você contribui para essa renda?**
- 12. O que é trabalho doméstico para você?**
- 13. Você realiza trabalho doméstico? (Sim, não ou às vezes)**
- 14. Vocês têm ajuda de alguém para as tarefas domésticas? De quem e de qual forma?**
- 15. Quais tarefas domésticas que cabem a você e quando você as realiza? (exemplo: diariamente, semanalmente?)**
- 16. Quais tarefas que cabem a seu companheiro, marido ou esposo?**
- 17. O que você faz e não gostaria de fazer? Por quê?**

- 18. O que você acha que seu marido/esposo/companheiro não faz e deveria fazer?**
- 19. Há algo que seu marido/esposo/companheiro faz e que você gostaria de fazer no lugar dele/dela? Se sim, por quê?**
- 20. Como funcionava a divisão de tarefas entre seus pais?**
- 21. Você acredita que essa divisão teve influência sobre o modo como você divide as tarefas com seu marido/esposo/companheiro?**
- 22. Na vida sexual, vocês dois possuem uma posição definida como ativo, passivo ou se consideram versáteis?**
- 23. Você acredita que a questão acima tem alguma influência sobre o modo como dividem as tarefas domésticas?**
- 24. Na sua opinião existe alguma relação entre as tarefas domésticas que você realiza e a maneira como você sua identidade como homem?**
- 25. (Opcional caso não tenha sido mencionado) Você considera que tarefas como efetuar pagamentos, realizar conserto na casa, reparar aparelhos eletrodomésticos fazem parte das tarefas domésticas? Se sim, quem as faz?**